



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA**

Surama Maria Oliveira Andrade

**REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO DE LIVROS EM BRAILLE:
estudo comparativo dos códigos AACR2 e RDA**

**Belém/PA
2022**

Surama Maria Oliveira Andrade

**REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO DE LIVROS EM BRAILLE:
estudo comparativo dos códigos AACR2 e RDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia, pela Faculdade de Biblioteconomia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof. Dra. Maurila Bentes de Mello e Silva.

Coorientador: Esp. Eddie Carlos Saraiva da Silva.

**Belém/PA
2022**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

A553r Andrade, Surama Maria Oliveira.
Representação descritiva da informação de livros em
Braille : estudo comparativo dos códigos AACR2 e RDA /
Surama Maria Oliveira Andrade. — 2022.
87 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Maurila Bentes de Mello E
Silva
Coorientação: Prof. Esp. Eddie Carlos Saraiva da Silva
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas, Faculdade de Biblioteconomia, Belém, 2022.

1. Organização da informação. 2. Catalogação. 3.
Anglo-American Cataloging Rules. 4. Resource
Description and Access. 5. Braille. I. Título.

CDD 025.32

Surama Maria Oliveira Andrade

**REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO DE LIVROS EM BRAILLE:
estudo comparativo dos códigos AACR2 e RDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia, pela Faculdade de Biblioteconomia, do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Pará.

Data da Avaliação:

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maurila Bentes de Mello e Silva
Orientadora - Universidade Federal do Pará.

Esp. Eddie Carlos Saraiva da Silva
Coorientador – Instituto Tecnológico Vale.

Prof. Dr. Hamilton Vieira de Oliveira
Examinador Interno - Universidade Federal do Pará

Prof. Ma. Telma Socorro Silva Sobrinho
Examinador Interno - Universidade Federal do Pará

Dedico esse trabalho à minha mãe,
Olinda Teixeira Oliveira (in memorian) que
sempre me apoio nos estudos e cuidou de
mim e continua cuidando, como meu anjo.
Sempre a você, mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por Ele por me guia nessa minha jornada chamada vida, que me faz todo dia acordar e enfrentar os desafios.

À minha mãe, Olinda Oliveira, que foi sempre minha grande incentivadora e viveu pela sua única filha, me apoiou em todas as minhas loucuras acadêmicas. Meu mais precioso guia, hoje é um anjo que me guia do céu.

A minha orientadora, Maurila Bentes que aceitou me orientar antes mesmo de ter um tema definido e teve um grande papel na construção desse Trabalho de Conclusão de Curso.

Ao Eddie Saraiva que, além de coorientador, foi um dos grandes incentivadores para o desenvolvimento desse trabalho. Obrigado por me apoiar até nos meus piores momentos.

Aos ótimos amigos que o curso me proporcionou, que tornaram esses anos mais leve e reconfortantes. Ana Souza, Carlos Rocha, a minha quase gêmea Ingrid Oliveira, João Carvalho, José Luz. E aos bons amigos que conheci na através do Centro Acadêmico em que cada um fez diferença nessa jornada.

Aos amigos que conheci nos Encontros de Estudantes, vocês marcaram também essa jornada acadêmica, Cleiton Silva, Flávia Silva, Jisele Nascimento, Kelvyn Clarkson, Thiago Santos, Rodrigo Santana, Sandriele Santos, Wanderclemenson Santos e Weverton Francisco.

Aos meus amigos da vida que fizeram essa jornada ser mais leve, ao meu grande melhor amigo Marlon Sergio, que é meu cúmplice a 13 anos. Aos meus grandes amigos Carmen Brito, Cindy Mascote, Priscilla Sousa, Rogger Viana, Wallef Caldeira e Wykli Costa todo o meu amor para vocês.

A equipe da Biblioteca Pública Arthur Vianna, em que pude colocar meus conhecimentos em prática, em especial a Seção do Restauo, que me trouxe ótimos amigos e conhecimentos, ao Seu Raimundo e Waldinei Romano, meu futuro colega bibliotecário. As bibliotecárias Socorro Henriques, Carmelinda Cruz, Antônia Sousa que são minhas conselheiras e a Seção Braille que sempre me receberam de braços abertos, sendo como estagiária, como extensionista, ou como simples visitante, que

incentivaram e apoiaram esse Trabalho. Aos bibliotecários, Maria de Jesus Correa e Pedro Neto, e ao Dailton Conceição e Débora Dantas, meus maiores carinhos.

E por fim, aos professores que contribuíram com vasto acervo de informações e conhecimentos, possibilitando a construção desta pesquisa e me preparando para atuar com ética e profissionalismo.

“Enquanto eu tiver perguntas e não tiver respostas, continuarei a escrever”

(Clarice Lispector)

“As bibliotecas estavam cheias de ideias, talvez a mais perigosa e poderosa de todas as armas”

(Sarah J. Maas)

RESUMO

ANDRADE, Surama Maria Oliveira. **Representação descritiva da informação de livros em Braille**: estudo comparativo dos códigos AACR2 e RDA. 2022. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Biblioteconomia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

Este estudo propõe-se examinar a representação descritiva de livros em Braille por meio da comparação dos códigos de catalogação AACR2 e RDA. A justificativa sustenta-se pela proximidade com o tema ao longo do ano de 2021, por meio de atividades acadêmicas proporcionadas pela Graduação. A atividade de extensão realizada na Seção Braille, da Biblioteca Pública Arthur Vianna (BPAV) e por escassos estudos sobre a catalogação de livros em Braille nos código de catalogação. A metodologia adotada na pesquisa foi descritiva quanto ao objetivo, com abordagem qualitativa e de natureza básica. Os procedimentos utilizados foram a pesquisa bibliográfica para construção do referencial teórico, por meio do histórico da catalogação, fundamentado nas ideias e pensamentos de autores como Bräscher; Café (2008), Mey (1995), Mey e Silveira (2009), nos modelos conceituais de catalogação FRBR, FRAD, FRSAD e IFLA LRM e documentos normativos elaborados pela IFLA. Foi realizada também a pesquisa documental, com os códigos AACR2 e RDA na catalogação do livro em Braille. O estudo dos códigos foi pensado a partir da necessidade para o entendimento do RDA, sua estrutura, foco, escopo e instruções, sua relação com o AACR2, adequação ao MARC 21, e sua aplicação na catalogação do livro em Braille. Concluiu-se que o RDA traz uma linguagem universal, tornando-a mais precisa na recuperação da informação explorada pelo usuário e observa-se a criação de novos campos no MARC 21, moldando-se as novas diretrizes do RDA. Finaliza com a certeza da necessidade da aprendizagem continuada para melhor entendimento das mudanças e do funcionamento que o novo código traz para a catalogação, não somente na catalogação dos livros em Braille, mas para todo o recurso catalogado por meio do RDA.

Palavras-chave: Organização da Informação; Catalogação; Anglo-American Cataloging Rules; Resource Description and Access; Braille.

ABSTRACT

ANDRADE, Surama Maria Oliveira. **Descriptive representation of book information in Braille**: comparative study of AACR2 and RDA codes. 2022. 84f. End of Course Assignment. (Graduation) – Faculty of Library Science, Federal University of Pará, Belém, 2022.

This study proposes to examine the descriptive representation of books in Braille by comparing the AACR2 and RDA cataloguing codes. The justification is supported by the proximity to the theme throughout the year 2021, through academic activities provided by the Graduation. The extension activity carried out in the Braille Section of the Arthur Vianna Public Library (BPAV) and by scarce studies on the cataloguing of books in Braille in the cataloguing codes. The methodology adopted in the research was descriptive as to the objective, with a qualitative approach and of a basic nature. The procedures used were bibliographical research for the construction of the theoretical framework, through the cataloguing history, based on the ideas and thoughts of authors such as Bräscher; Café (2008), Mey (1995), Mey and Silveira (2009), in conceptual cataloguing models FRBR, FRAD, FRSAD and IFLA LRM and normative documents elaborated by IFLA. A documentary research was also carried out, with the codes AACR2 and RDA in the cataloguing of the book in Braille. The study of the codes was thought from the need to understand the RDA, its structure, focus, scope and instructions, its relationship with the AACR2, adequacy to the MARC 21, and its application in the cataloguing of the book in Braille. It was concluded that the RDA brings a universal language, making it more accurate in the recovery of information explored by the user and it is observed the creation of new fields in the MARC 21, shaping the new RDA guidelines. It ends with the certainty of the need for continued learning to better understand the changes and the functioning that the new code brings to cataloguing, not only in the cataloguing of books in Braille, but for all the resource cataloged through the RDA.

Keywords: Information Organization; Cataloguing; Anglo-American Cataloging Rules; Resource Description and Access; Braille.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Diagrama 1 - Relacionamento de entidades do Grupo 1	29
Diagrama 2 - Entidades e Relacionamentos de responsabilidade	30
Diagrama 3 - Entidades e Relacionamentos de matéria	31
Diagrama 4 - Modelo Conceitual para Dados Autoridade	34
Diagrama 5 - Modelo conceitual FRSAD	35
Diagrama 6 - Entidades e relacionamentos do FRSAD	36
Diagrama 7 - Hierarquia das Entidades	38
Diagrama 8 - Atributos das entidades do IFLA LRM	38
Diagrama 9 - Relacionamentos entre Obras, Expressão, Manifestação e Item	39
Diagrama 10 - Relacionamentos de responsabilidade entre Agentes e Obras, Expressões, Manifestações e Itens	40
Diagrama 11 - Relacionamento de Assunto	40
Diagrama 12 - Relação de denominação	41
Diagrama 13 - Relacionamentos entre agentes	41
Diagrama 14 - Panorama dos relacionamentos entre as entidades do IFLA LRM	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Identificação e hierarquia das Entidades	37
Quadro 2- Visão geral do FRBR, FRAD, FRSAD e IFLA LRM	43
Quadro 3- Campos do MARC 21 para Dados Bibliográficos	45
Quadro 4- Exemplo de preenchimento do campo 245 no MARC 21	46
Quadro 5- Estrutura do ISBD	48
Quadro 6- Momentos históricos da AACR	50
Quadro 7- Parte I, II e apêndices do código AACR2	52
Quadro 8- Estrutura do código analisada e suas definições	53
Quadro 9- Estrutura RDA	57
Quadro 10- Destaque sobre os modelos conceituais e regras de descrição	58
Quadro 11- Atributos das entidades	58
Quadro 12- Elementos Essenciais para registro	63
Quadro 13- AACR2 e RDA e os principais campos do MARC 21 para Registros Bibliográficos	63
Quadro 14- Comparação da catalogação em AACR2 e RDA	65
Quadro 15- MARC 21 – Campos 100 e 700 no AACR2 e RDA	67
Quadro 16- Trabalhos colaborativos no AACR2 e RDA	68
Quadro 17- Comparação da catalogação em AACR2 e RDA	68
Quadro 18- Campo 264 MARC no RDA	69
Quadro 19- Locais passíveis de identificação no AACR2 e RDA	69
Quadro 20- Local de publicação incerto no RDA	70
Quadro 21- Data de publicação incerto no RDA	70
Quadro 22- Campos novos do MARC 21 para o RDA	71
Quadro 23- Subcampos dos campos 336, 337 e 338 no RDA	71
Quadro 24- Vocabulário controlado para o campo 336 do MARC para o RDA	72
Quadro 25- Vocabulário controlado para o campo 337 do MARC para o RDA	72
Quadro 26- Vocabulário controlado para o campo 337 do MARC para o RDA – Portadores não mediados	73
Quadro 27- Aplicação em RDA dos novos campos e subcampos do MARC 21	74
Quadro 28- Campo 490 no AACR2 e RDA	74

LISTA DE SIGLAS

AACR	- Anglo-American Cataloging Rules
AACR2	- Anglo-American Cataloging Rules
ABNT	- Associação Brasileira de Normas Técnicas
ALA	- American Library Association
CDU	- Classificação decimal Universal
CDD	- Classificação decimal de Dewey
DGM	- Designação Geral do Material
FEBAB	- Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FRAD	- Functional Requirements for Authority Data
FRBR	- Functional Requirements for Bibliographic Records
FRSAD	- Functional Requirements for Subject Authority Data
IFLA	- International Federation of Library Associations and Institutions
ISBD	- International Standard Bibliographic Description
ISBN	- International Standard Book Number
ISSN	- International Standard Serial Number
OI	- Organização da Informação
MARC	- Machine Readable Cataloging
PCD	- Pessoa com Deficiência
RDA	- Resource Description and Access
RI	- Representação da Informação
UI	- Unidades de Informação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	17
2.1 Acervo acessível: Braille.....	18
3 CATALOGAÇÃO - ASPECTOS CONCEITUAIS E DOCUMENTAIS.....	22
3.2 Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação.....	25
3.3 Modelos conceituais.....	26
3.3.1 Functional Requirements for Bibliographic Record (FRBR).....	27
3.3.2 Functional Requirements for Authority Data (FRAD).....	31
3.3.3 Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD).....	34
3.4 IFLA Library Reference Model (IFLA LRM).....	36
3.5 Machine Readable Cataloging (MARC).....	44
3.6 International Standard Bibliographic Description (ISBD).....	46
4 OS CÓDIGOS DE CATALOGAÇÃO.....	50
4.1 Anglo-American Cataloging Rules (AACR2).....	50
4.2 Resource Description and Access (RDA).....	54
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	60
6 ANÁLISE DOS REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS: AMOSTRA.....	62
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIA.....	79
ANEXO.....	86

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sobre a Organização da Informação influenciam na prática profissional do bibliotecário e é um dos conhecimentos adquiridos durante a sua formação e, conseqüentemente, refletem na recuperação da informação pelos usuários por meio dos catálogos da biblioteca. Com isso, faz-se necessário o desenvolvimento desse assunto relacionado ao processo de tratamento da informação e das obras que constituirão determinado acervo, contribuindo com as atividades do profissional da informação e agregando qualidade ao tratamento técnico, que corresponde ao processo de organização, armazenamento e disseminação dos documentos (MATA, 2004).

Na Organização da informação, uma de suas vertentes é a Representação da Informação, definida como um conjunto de procedimentos aplicados a um documento e suas informações. Na Representação da Informação podemos encontrar pequenas fases, como: catalogação, classificação e indexação que, juntas, trabalham na organização da informação de determinado material, para posterior busca e recuperação do mesmo (VIEIRA, 1999). A disciplina de catalogação, assunto central desta pesquisa, é descrita por Mey (1995) em quatro etapas, sendo elas: “Leitura técnica do item; descrição do item; determinação dos pontos de acesso e sua forma e; determinação dos dados de localização” (MEY, 1995, p. 36). Desse modo, a catalogação pode ser considerada uma etapa complexa e trabalhosa do processamento técnico dos dados.

O bibliotecário deve ter conhecimento, saber identificar os objetivos da biblioteca e/ou instituição e compreender as necessidades do usuário, para que ao exercer a Representação da Informação e suas fases condizentes a esses pontos tenha um retorno positivo do trabalho. Assim, os bibliotecários adotam procedimentos e normas para a classificação das obras que formarão um acervo. A etapa da catalogação tem sua atividade baseada em códigos que orientam o processo de identificação, extração e representação dos dados, que deve ser executada pensando na informação dirigida ao usuário.

Portanto, o objetivo geral dessa pesquisa é identificar as diretrizes para a catalogação de livros em Braille¹, a partir dos códigos de catalogação Anglo-

1 Pelas razões históricas, culturais, linguísticas e legais, a Comissão Brasileira do Braille recomenda que a palavra “Braille” seja sempre grafada com dois “l”, segundo a forma original

American Cataloging Rules 2nd edition (AACR2) e Resources Description and Access (RDA). E como objetivos específicos: a) comparar a aplicação da catalogação de livros em Braille nos códigos de catalogação AACR2 e RDA e b) analisar os documentos normativos de catalogação, apontando a representação de livros em Braille.

A catalogação desses formatos veicula informações importantes para que os usuários com deficiência visual possam acessá-las. Esses acervos em Braille são compostos por materiais com recursos de acessibilidade, a saber: livros em Braille; livros em tinta e em Braille; livros com fonte aplicada; livros falados; livros digitais em texto; e livro digital Daisy².

É importante que a biblioteca garanta acesso aos livros em Braille, com aquisição de material acessível, prevista em marcos legais brasileiros, tendo como um de seus aportes a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre direitos autorais no Brasil. Em seu Capítulo IV, art. 46, que trata da reprodução de livros em formatos acessíveis destaca:

Das Limitações aos Direitos Autorais

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

I - a reprodução:

[...] d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários; (BRASIL, 1998, [p. 1]).

Evidenciando outro marco legal importante é a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, em que “Institui a Política Nacional do Livro” e assegura às pessoas com deficiência acesso à leitura e aos livros em meio digital, magnético e ótico (BRASIL, 2003). Desse modo, o acervo de uma biblioteca é construído por meio de estratégias políticas, sociais, educativas, culturais e acessíveis. Vale ressaltar a importância e necessidade de um planejamento das ações das bibliotecas, pois

francesa, internacionalmente empregada (BRASIL, 2018, p. 95).

2 Disponibilizado em CD, permite à pessoa cega ou com visão subnormal acesso à literatura destinada ao estudo e à pesquisa de forma rápida e estruturada. [...] O livro Daisy é editado com notas de rodapé opcionais, marcadores de texto, soletração, leitura integral de abreviaturas e de sinais, além da pronúncia correta de palavras estrangeiras” (FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS, [2015b?], *online*).

a realização de planejamento das ações das bibliotecas e o desenvolvimento de uma cultura organizacional do contexto bibliotecário. Tal prática é importante, pois o conhecimento das visões e das práticas organizacionais permite gerenciar, com maior eficiência e eficácia o processo de mudanças e implantação das ações/soluções elencadas, quando da realização da avaliação (DINIZ *et al*, 2016, p. 2).

Assim, a motivação da escolha do tema sustenta-se pela proximidade com o assunto ao longo do ano de 2021, por meio de atividades acadêmicas proporcionadas pela Graduação em Biblioteconomia. A atividade de extensão sendo realizada na Seção Braille da Biblioteca Pública Arthur Vianna (BPAV) permitiu o desenvolvimento de atividades como: impressão de materiais em Braille, o cotejamento³, e de ter participado do início da catalogação dos livros em Braille no sistema Pergamum. Outro fato que também justifica a preferência pelo tema é o de haver poucos estudos voltados à representação descritiva de livros em Braille, no código AACR2 e, principalmente, no código RDA.

Quanto à metodologia, este estudo tem abordagem qualitativa, caracterizando uma pesquisa de natureza básica, sendo o seu desenvolvimento pautado por pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Quanto à pesquisa bibliográfica, tem como finalidade investigar obras publicadas sobre o assunto e quanto à pesquisa documental baseia-se na análise dos códigos AACR2, RDA e de documentos, como a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação e IFLA Library Reference Model (LRM), na investigação do processo de catalogação para livros em Braille.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo refere-se ao assunto introdutório do tema, aos objetivos geral e específicos, à justificativa e breve explicação da metodologia utilizada. O segundo capítulo apresenta contextualização sobre Organização da Informação e de Acervo acessível. No terceiro encontra-se a conceitualização de catalogação, a descrição dos modelos conceituais e metadados. Os históricos dos códigos de catalogação AACR2 e RDA, aparecem no capítulo quatro. O capítulo cinco exhibe os procedimentos metodológicos que baseiam esse estudo. A comparação da aplicação do AACR2 e do RDA na catalogação de acervos em Braille, se encontram no capítulo seis e, por fim, no capítulo sete vêm as considerações finais.

3 Que consiste na digitalização do material no Openbook, que são um programa que permite à digitalização do material, e adequar às informações obtidas para que o deficiente possa entender e o programa Dosvox faça a leitura. Esse processo possibilita a leitura de vários textos tanto no computador como para a impressão em Braille (CABRAL, 2016).

2 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A Organização da Informação (OI) inicia seu advento a partir da Documentação e da Biblioteconomia (MEDEIROS, 2010), além da na Ciência da Informação e de outras áreas correlatas. Ortega (2013b, p. 185), por sua vez define Organização da Informação como um

conjunto de procedimentos sobre documentos voltados a propiciar seu uso por públicos específicos, segundo necessidades de informação de ordem científica, educacional, profissional, estética, de entretenimento, utilitária. O objetivo é o de promover aderência entre os produtos documentários – produzidos segundo características dos documentos e previsões de busca – e as buscas efetivamente realizadas pelos usuários.

O principal objetivo da Organização da Informação é registrar informações nos mais variados suportes para que seja possível sua recuperação, além de fornecer acesso ao conhecimento estruturado (LIMA; ÁLVARES, 2012). Assim, envolve o processo de descrição física e de conteúdo dos objetos informacionais, tendo como produto a representação da informação, que compreende como um conjunto de atributos que descrevem um objeto informacional (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008).

De acordo com Toutain (2007, p. 91) a Representação da Informação “trata-se de uma habilidade inata; consiste em perceber, descrever, gravar e interpretar uma informação”. Já os autores Lima e Álvares (2012, p. 36), comentam que a Representação da Informação “explicita os dados necessários para identificação dos produtores (autores), do contexto de produção (local, data), bem como, de forma sucinta, menciona os conteúdos informacionais presentes no documento”. “Esses registros são feitos por intermédio da linguagem natural (por exemplo, o resumo) e das linguagens documentárias, que são o elo entre a informação (e o respectivo documento) e o usuário que dela necessita” (LIMA; ÁLVARES, 2012, p. 37). Portanto, o documento proporciona informações documentárias para o registro da representação e, posteriormente, a sua recuperação,. Entretanto, a representação não substitui o documento, mas auxilia na identificação da informação desejada.

Além disso, a Representação Descritiva consiste em atividades que identificam a estrutura de campo dos registros e a geração desses registros por

meio do refinamento de operações descritivas e pontos de acesso descritivos (ORTEGA, 2013a).

Todavia, fica o questionamento: de que forma podemos realizar a representação descritiva de um acervo em Braille? As pessoas com deficiência visual têm as mesmas necessidades informacionais que as pessoas videntes. Nesse contexto, há necessidade das bibliotecas desenvolverem políticas de coleções acessíveis e sociais adequadas para o público-alvo, pois o acesso à informação é um direito de todos os cidadãos, inclusive daqueles com deficiência visual. Com os desenvolvimentos tecnológicos, as tecnologias assistivas, demonstra o desenvolvimento sociocultural das pessoas com deficiência visual e “o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover vida independente e inclusão” (BERSCH; TONOLLI, 2006, p. 1).

2.1 Acervo acessível: Braille

A acessibilidade é vista como sendo a “possibilidade e condição de alcance para utilização do meio físico, meios de comunicação, produtos e serviços, por pessoa com deficiência” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008, p. 2). É importante lembrar que

hoje em dia se recomenda o uso do termo ‘pessoa portadora de deficiência’, referindo-se, em primeiro lugar, a uma pessoa, um ser humano, que possui entre suas características (magra, morena, brasileira, etc.) uma deficiência – mental, física (ou de locomoção), auditiva ou visual (GIL, 2000, p. 5-6).

Considerando o artigo 3º do Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, considera que toda deficiência é “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (BRASIL, 1999, [p. 1]).

Assim, para que uma biblioteca seja inclusiva, é necessário possuir acervos em diferentes formatos acessíveis e de equipamentos com programas de computador que auxiliem na reprodução do acervo acessível, como ampliadores de tela, sintetizadores de voz, impressoras e conversores braille, entre outras

possibilidades (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2008), e não menos importante, é fundamental que os bibliotecários, pedagogos ou assistentes administrativos trabalhem para o desenvolvimento desse tipo de usuário em sociedade, com conhecimento acerca do Braille e de educação inclusiva. (ARAÚJO; DIAS, 2011)

A composição do acervo acessível de uma biblioteca de ser compreendida como coleção de materiais nos mais diversos formatos e suportes, como: livros, jornais, revistas, filmes, entre outros, materiais amplos, de interesse em consulta da comunidade que a biblioteca está inserida (FORTALECIMENTO..., 2016).

Os registros bibliográficos acessíveis que podem compor o acervo de uma biblioteca, devem ser nos seguintes formatos: audiobook (livro falado) - livro em formato de áudio; livro em Braille – livro impresso a partir do sistema de leitura e escrita Braille; livro em Braille e Tinta – livro que apresenta o texto em braille e em tinta; livro com fonte ampliada – livro impresso com fonte maior; livro digital *Daisy* – livros que podem ser produzidos por voz sintética ou voz humana; livro digital em texto – livro cujo conteúdo está disponível digitalmente, em formato que possa ser reconhecido por leitor de tela; livro audiovisual acessível – livro cujo conteúdo é misto, contendo texto em língua portuguesa, animações, narração, descrição de imagens e janela de Libras. (FORTALECIMENTO..., 2016).

O acervo acessível deve ser formado por meio de compras, doações ou produção própria. Cada biblioteca deve inserir em sua Política de Desenvolvimento de Coleções a composição desse acervo,

como um conjunto de normas e diretrizes que buscam determinar ações, descrever estratégias gerais, estabelecer instrumentos e delimitar critérios para facilitar a tomada de decisão na composição e no desenvolvimento de coleções, em sintonia com os objetivos da instituição, dos diferentes tipos de serviços de informação e dos usuários do sistema (LIMA; FIGUEIREDO, 1984, p. 139).

É importante a biblioteca conhecer sua comunidade usuária via os estudos de usuários. Essa ferramenta é o conhecimento-base para a gestão de uma biblioteca. O “conhecimento do comportamento dos usuários da informação é indispensável para planejar, desenvolver e prestar serviços que de fato atendem as necessidades dos usuários, consumidores e produtores de informação” (DIAS; PIRES, 2013, p. 5). Importante ressaltar que a garantia de acesso das pessoas com deficiência às

bibliotecas está na acessibilidade dos serviços, considerando as necessidades individuais de cada usuário. (FORTALECIMENTO..., 2016).

Em relação ao desenvolvimento de coleções por meio de doações, há organizações que atuam na produção e distribuição de livros em formatos acessíveis, que podem ser obtidos gratuitamente pelas bibliotecas, como o Instituto Benjamin Constant (IBC), que trabalha com edição e distribuição de livros em Braille e audiolivro, disponível em catálogo com obras com distribuição gratuita às bibliotecas e instituições com atendimento as pessoas com deficiência visual, solicitado por formulários de pedido acessíveis no *site* do Instituto e da Fundação Dorina Nowill com distribuição gratuita (FORTALECIMENTO..., 2016). Segundo a ABNT NBR 15599 (2008, p. 10), o acervo bibliográfico deve contemplar versões para os diversos sentidos de percepção destinado ao usuário portador de deficiência visual:

- programa de ampliação de tela;
- sistema de leitura de tela, sintetizador de voz e display braille;
- thermoform e impressora braille ou sistema de leitura de tela que tenha interação com linhas braille;
- scanner, com sistema para reconhecimento ótico de caracteres;
- outros dispositivos facilitadores e adaptados para pessoa com deficiência, como resenhas gravadas em vídeo ou DVD, com a informação cultural e social;
- obras da literatura interpretadas em LIBRAS, braille ou formato Daisy.

O uso da Tecnologia Assistiva nas bibliotecas não se refere somente a equipamentos e diferentes formatos de livros acessíveis disponibilizados, mas compreendida como “recursos ou serviços que facilitam o desenvolvimento de alguma habilidade funcional para indivíduos com necessidades específicas de ordem física, psicológica e cognitiva” (FELICETTI; SANTOS, 2016, p. 117).

a biblioteca é um equipamento público que deve ser um espaço importante para a democratização do acesso ao livro e à leitura para todos, para além de promover o acesso à cultura e à informação, contribuindo na construção de uma sociedade mais inclusiva. A Tecnologia Assistiva é facilitadora e contribui para ampliar o acesso das pessoas com deficiência à biblioteca, mas também pode ser útil para outros públicos da biblioteca. (FORTALECIMENTO..., 2016, p. 121).

É importante que a biblioteca adapte seus serviços incorporando as tecnologias assistivas considerando as necessidades e interesses dos usuários, visando auxiliar ou possibilitar a autonomia dos usuários (FORTALECIMENTO...,

2016). No contexto dos usuários portadores de deficiência visual, as tecnologias assistivas mais comuns na biblioteca são:

scanner com voz/OCR: Converte documentos impressos em áudio, usando reconhecimento óptico de caracteres (OCR) nativo da própria máquina ou instalado no computador, que permite transformar texto em voz.

Linha Braille: É um dispositivo que contém um teclado com pontos em Braille que, conectado ao computador ou scanner de voz, fornece acesso aos sistemas operacionais, internet e demais aplicações.

Impressora Braille: É um equipamento para impressão em papel em folhas avulsas ou em formulário contínuo. [...], a impressora é equipada com recurso de fala para apoio ao usuário cego e botões em Braille.

Reglete e punção: Consistem essencialmente de duas placas de metal ou plástico, fixas de um lado com dobradiças, de modo a permitir a introdução do papel.

Máquina de escrever Braille: As máquinas de escrever são constituídas basicamente por um teclado com seis teclas, sendo que cada uma corresponde a um ponto da cela braille.

Lupa eletrônica: É um equipamento que amplia significativamente o tamanho das letras e textos.

Softwares: DosVox – é um leitor de tela que permite que pessoas cegas utilizem um computador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim um nível alto de independência; **Braille Fácil** – este programa foi desenvolvido para transcrever, automaticamente, documentos em texto para o Braille; **MECDAISY** – O software permite converter qualquer texto em formato Daisy e, após a conversão, é possível manusear o texto sonoro de maneira semelhante ao texto escrito; **NVDA** – Leitor de tela gratuito para sistema operacional Windows. (FORTALECIMENTO..., 2016, p. 129-139, grifo nosso).

A biblioteca é um espaço de compartilhamento de conhecimento, portanto, inclusão e acessibilidade são de extrema importância em respeito aos seus usuários. A constante procura por desenvolvimento de seu acervo e dos profissionais que trabalham no setor Braille, fortalecem o atendimento aos usuários. O caminho é sempre garantir o conhecimento.

3 CATALOGAÇÃO - ASPECTOS CONCEITUAIS E DOCUMENTAIS

Conceituando a catalogação, que “consiste na representação do item. [...] implica no levantamento das características do item e o conhecimento das características do usuário” (MEY, 1995, p. 5). Portanto, o tratamento descritivo é a forma física de um documento (autor, título, edição, editora etc.). Segundo Mey (1995, p. 5),

catalogação é o estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir interseção entre as mensagens contidas nos itens e as mensagens internas dos usuários.

A catalogação corresponde à ação de representar algo, ou seja, descrever dados mediante as características bibliográficas do item, permitindo ao usuário a localização desse item específico. Portanto, a catalogação tem como objetivo “vincular mensagens contidas nos itens, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, a mensagens internas dos usuários, de forma a tornar esses itens acessíveis ao universo de usuários” (MEY, 1987a, p. 78). Conforme Santiago (2004), catalogação é realizada por meio do processamento de identificação dos elementos bibliográficos de um documento, elementos esses como autores, títulos, fontes de publicação, etc., e outros dados julgados necessários. Segundo Ferraz (1991), catalogação é o registrar e descrever um item e suas características, por intermédio de códigos de catalogação reconhecidos internacionalmente. Para Mey (1995, p. 7) são funções da catalogação:

- 1) Permitir ao usuário: a) localizar um item específico; b) escolher entre as várias manifestações de um item; c) escolher entre vários itens semelhantes, sobre os quais, inclusive, possa não ter conhecimento prévio algum; d) expressar, organizar ou alterar sua mensagem interna.
- 2) Permitir a um item encontrar seu usuário.
- 3) Permitir a outra biblioteca: a) localizar um item específico; b) saber quais os itens existentes em acervos que não o seu próprio.

Mey e Silveira (2009) colaboram com cinco características fundamentais da catalogação para cumprir as funções citadas anteriormente. São elas: Integridade – fidelidade nas informações transmitidas na catalogação, passíveis de verificação; Clareza – linguagem compreensível para os usuários; Precisão – apresentação de

informações sem dubiedades; Lógica – as informações devem estar logicamente compreensíveis; e Consistência – adoção de uma mesma solução para informações semelhantes.

Existem diversas formas de realizar a catalogação, o importante, porém, é que seja utilizada padronizadamente e dê facilidade de acesso e recuperação dos diferentes materiais. Essa recuperação é realizada para acessar totalmente o documento e permitir que o usuário o associe a outros objetos, tópicos ou informações relacionadas, potencializando a formação da rede. Por essa razão, é importante que a rede que abrange o escopo da catalogação deve estar entrelaçada na complexa teia de conexões e interseções interdisciplinares. A catalogação permite que a informação seja descrita de forma padronizada, para garantir a unicidade de cada item de informação que precisam ser indicados em cada item de informação a ser representado, alcançando universalidade da informação (CORRÊA, 2008).

Lancaster (2004, p. 1), explica que “os processos de catalogação descritiva identificam autores, títulos, fontes, e outros elementos bibliográficos; os processos de indexação identificam o assunto de que trata o documento”. Nesse caso, são utilizadas normas e regras de instrumentos como, por exemplo, o AACR2 e o RDA para descrição física ou bibliográfica do item informacional.

Desse modo, para Mey (1987a, p. 78), a catalogação tem como objetivo “vincular mensagens contidas nos itens, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, a mensagens internas dos usuários, de forma a tornar esses itens acessíveis ao universo de usuários”, sendo então formados e organizados os catálogos tornando-se

um canal de comunicação estruturado, que veicula mensagens contidas nos itens, e sobre os itens, de um ou vários acervos, apresentando-as sob forma codificada e organizada, agrupadas por semelhanças, aos usuários desse(s) acervo(s.) (MEY, 1995, p. 9).

Portanto, o objetivo do catálogo é disseminar os dados relativos aos itens do acervo, produzidos por meio da catalogação. E a veiculação dessas mensagens pelo catálogo são relativas ao “acervo de uma única biblioteca e acervos de duas ou mais bibliotecas e, nesses casos, denominam-se catálogos coletivos” (MEY, 1987a, p. 82).

Charles Ammi Cutter foi um importante protagonista para a catalogação moderna, pois desenvolveu regras para um catálogo dicionário em que “tinha como premissa facilitar o acesso dos usuários ao acervo, a partir do agrupamento alfabético das entradas (autor, título e assunto) do catálogo” (MARTINHO, 2010, p. 17). Para o autor, o catálogo tinha como objetivos:

1. Para permitir que uma pessoa encontre um livro do qual
(A) o autor,
(B) o título, ou
(C) o assunto é conhecido.
2. Para mostrar o que a biblioteca tem
(D) por um determinado autor
(E) sobre um determinado assunto
(F) em um determinado tipo de literatura.
3. Para auxiliar na escolha de um livro
(G) quanto à sua edição (bibliograficamente).
(H) quanto ao seu caráter (literário ou tópic). (CUTTER, 1871, p. 10).

Apontando aspectos importantes, Mey enfatizou a importância da catalogação, dado o desenvolvimento da tecnologia e dos usuários que a acessam, para gerar informação e, conseqüentemente, conhecimento. Estes são necessários para apontar no contexto de produção e disseminação de informação atual (MEY, 1987b), desse modo, na perspectiva do usuário, a catalogação tem objetivo informar, instruir e motivar: “informa quando localiza um item determinado; instrui quando permite ao usuário escolher entre as várias manifestações de um item determinado; motiva quando permite ao usuário escolher itens que lhe eram até então desconhecidos (MEY, 1987b, p. 144).

Existem diversas formas de representar a informação, tendo como exemplos os alfabetos, números e desenhos. Dentre os diversos códigos de representação, na catalogação o **Anglo-American Cataloguing Rules (AACR)**, segunda edição, tem sido amplamente utilizado nas Unidades de informação (UI), entretanto, existem discussões mais contemporâneas em como representar a informação na catalogação, com o surgimento do **Resource Description and Access (RDA)**.

3.2 Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação

A Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação foi a base para a construção de padrões, regras e orientações presentes na construção das regras catalográficas. A Declaração dos Princípios original, conhecida comumente como os “Princípios de Paris”, que tem como princípios orientar o desenvolvimento de códigos de catalogação, “aplicam-se aos dados bibliográficos e de autoridade e, conseqüentemente, aos atuais catálogos de bibliotecas, bibliografias e outros conjuntos de dados criados pelas bibliotecas” (IFLA, 2016a, p. 4).

A Declaração apresenta estrutura e funções dos catálogos e de como devem ser registradas as entradas em um registro bibliográfico. No início do século XXI foi produzida uma nova Declaração dos Princípios, em que foi possível, também, ser aplicável em catálogos *on-line* das bibliotecas. A versão atual da Declaração foi revisada e atualizada em 2014 e 2015, sendo aprovada em 2016 (IFLA, 2016a). Santos e Corrêa (2009, p. 23) destacam que a “Conferência de Paris é [...] a primeira etapa importante de padronização em uma plataforma internacional”, corroborando a importância para a catalogação mundial e trazendo princípios para a construção de códigos de catalogação, sendo eles:

- **Conveniência do utilizador.** As decisões tomadas na elaboração das descrições e nas formas controladas de os [sic] nomes para acesso devem ser tomadas tendo em conta o utilizador.
- **Uso comum.** O vocabulário normalizado usado nas descrições e acesso deve estar de acordo com o da maioria dos utilizadores.
- **Representação.** As descrições e formas controladas dos nomes devem ser baseadas no modo como a entidade se descreve a si própria.
- **Exactidão.** A entidade descrita deve ser fielmente representada.
- **Suficiência e necessidade.** Só devem incluir-se nas descrições e formas controladas dos nomes para acesso os elementos considerados necessários para corresponder às tarefas do utilizados [sic] e que sejam essenciais para identificar, inequivocamente, uma entidade.
- **Significância.** Os elementos dos dados devem ser bibliograficamente significantes.
- **Economia.** Quando há formas alternativas para atingir um objectivo, deve dar-se preferência à forma que representa maior economia (isto é, o mínimo custo ou a aproximação mais simples).
- **Consistência e normalização.** As descrições e a construção de pontos de acesso devem ser tão normalizadas quanto possível. Tal permite [sic] maior consistência o que, por sua vez, aumenta a capacidade de partilhar dados bibliográficos e de autoridade.
- **Integração.** As descrições para todos os tipos de materiais e as formas controladas dos nomes de todos os tipos de entidades devem ser baseadas, tanto quanto seja relevante, num conjunto comum de regras. (IFLA, 2009, p. 2, grifo nosso).

A Declaração coloca o usuário como o principal dos princípios e determina que as “decisões relativas à descrição e as formas controladas dos nomes para acesso devem ocorrer tendo em conta o utilizador (usuário)” (IFLA, 2009, p. 2). Já na edição de 2016, foram apresentados novos princípios, sendo:

- **Interoperabilidade.** Deve-se fazer todos os esforços possíveis para assegurar o intercâmbio e a reutilização dos dados bibliográficos e de autoridade dentro e fora da comunidade bibliotecária. É extremamente recomendável o uso de vocabulários que facilitem a tradução automática e a desambiguação, para o intercâmbio de dados e ferramentas de descoberta.
- **Abertura.** As restrições aos dados devem ser mínimas a fim de fomentar a transparência e cumprir com os princípios de acesso aberto, como também é manifestado na Declaração da IFLA sobre o acesso aberto. Qualquer restrição de acesso aos dados deve ser declarada explicitamente.
- **Acessibilidade.** O acesso aos dados bibliográficos e de autoridade, assim como as funcionalidades dos dispositivos de busca, devem cumprir as normas internacionais de acessibilidade, como se recomenda no *Código de ética de la IFLA para bibliotecarios y otros trabajadores de la información*.
- **Racionalidade.** As regras de um código de catalogação deverão ser defendíveis e não arbitrárias. Se, em situações específicas, não é possível respeitar todos os princípios, então se deverá adotar uma solução prática e defendível e se deverá explicar as razões (IFLA, 2016a, p. 6, grifo nosso).

Sobre as Entidades da Declaração de Princípios, são representadas por dados bibliográficos ou de autoridade: Obra; Expressão; Manifestação; Exemplar; Pessoa; Família; Entidade coletiva; *Thema*; e *Nomen*. Quanto aos atributos “deve-se utilizar os atributos que identifiquem cada entidade como elemento de dados e as Relações deve-se identificar as relações bibliograficamente significativas entre as entidades”, sendo que as entidades, atributos e relações serão definidas a partir dos modelos conceituais FRBR, FRAD e FRSAD (IFLA, 2016a, p. 7).

A Declaração determina, além de pontos de acesso para a recuperação dos dados bibliográficos e de autoridade, estabelece também os objetivos e funções do catálogo, que deve ser eficiente permitindo ao usuário: **encontrar** recursos bibliográficos em uma coleção; **identificar** um recurso bibliográfico ou um agente; **selecionar** um recurso que responda às suas necessidades; **adquirir ou obter** acesso ao item; e **navegar e explorar** no catálogo (IFLA, 2009, 2016a, grifo nosso).

3.3 Modelos conceituais

A primeira versão do RDA, publicada originalmente em 2010, estava alinhada com três modelos conceituais para dados bibliográficos e de autoridade: Funcional

Requirements for Bibliographic Records (FRBR), Functional Requirements for Authority Data (FRAD) e Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD).

3.3.1 Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR)

Como se verá mais adiante nas explicações, o código RDA “é uma aplicação dos modelos conceituais FRBR e FRAD”, portanto, é “um conjunto de instruções práticas baseadas nos modelos. Esses modelos moldaram a estrutura do RDA e influenciaram a linguagem empregada nas instruções”. (OLIVER, 2011, p. 17). O FRBR foram a base para a construção de padrões, regras e orientações presentes no RDA. Desse modo, o FRBR como modelo conceitual tem dois objetivos. O primeiro é oferecer uma estrutura para que possa relacionar os dados bibliográficos com as necessidades dos usuários e, o segundo, é “recomendar um nível de funcionalidade básica dos registros criados pelas agências bibliográficas nacionais” (IFLA, 2016b, p. 22, tradução nossa).

O FRBR é um modelo conceitual, e de acordo com Mey e Silveira (2009, p. 17), “modelo” pode ser considerado “como representação de algo; ‘conceitual’ implica a modelagem de coisas, processos ou abstrações, de forma a sintetizar e sistematizar sistemas, teorias ou fenômenos com vistas à aplicação”. Portanto, a FRBR tem como finalidade orientar na construção de códigos de catalogação.

O FRBR originou-se a partir de análises realizadas por um grupo de estudo da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA), entre os anos de 1992 e 1997, sendo publicado em 1998 (OLIVER, 2011). A partir de novos estudos, o grupo de estudos da IFLA, a fim de ampliar o FRBR e incluir dados de autoridade FRAD e dados de autoridade de assuntos FRSAD, publicou o FRBR relatório final em 2009.

Esse modelo conceitual de catalogação tem uma estrutura de entidade-relacionamento que auxilia no “uso que se faz dos dados bibliográficos, com referência específica à entidade que é objeto de interesse do próprio usuário e aos atributos e relacionamentos relevantes para as tarefas que ele executa” (IFLA, 2016b, p. 82, tradução nossa). Desse modo, o modelo FRBR tem como foco o usuário e suas necessidades. Foram definidas quatro tarefas básicas para os

usuários na utilização de um catálogo ou de dados bibliográficos: **Encontrar**: entidades que correspondam as busca realizadas pelo usuário; **Identificar**: uma entidade; **Selecionar**: a entidade adequada para as necessidades do usuário; **Adquirir**: ou obter acesso à entidade descrita. (IFLA, 2016b, grifo nosso).

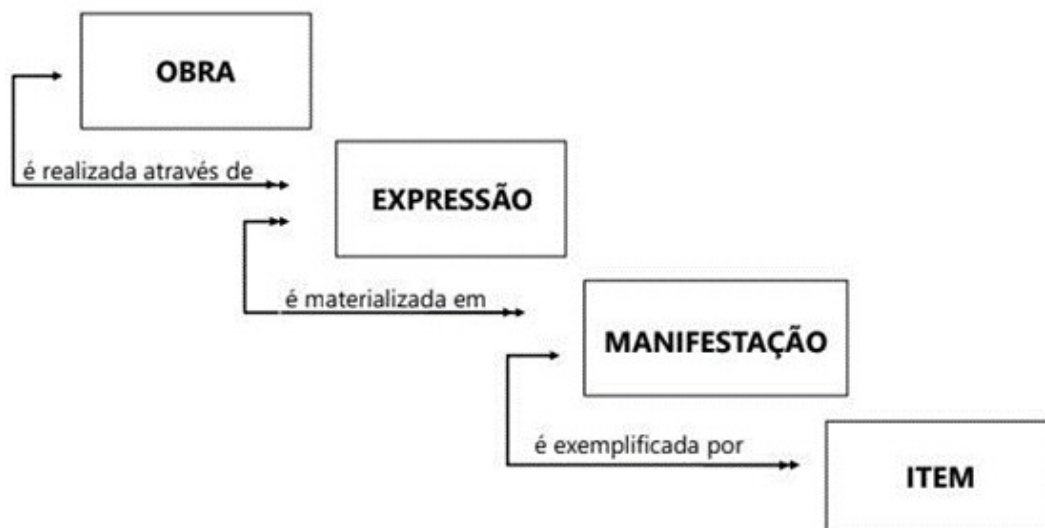
Essas quatro tarefas, que são executadas pelos usuários, são o ponto de partida usado pelo modelo FRBR, tendo como objetivo tornar as informações recuperáveis de forma mais simples e direta. Essas tarefas compreendem cada um dos atributos e relacionamentos, e são divididas em subtarefas definidas em relação a cada um dos atributos e relacionamentos na qual a tarefa está focada (ou seja, encontrar uma **obra**, encontrar uma **expressão**, encontrar uma **manifestação**, encontrar um **item**, identificar uma **obra**, identificar uma **expressão**, etc.) (IFLA, 2016b, tradução nossa, grifo nosso).

Da perspectiva do catalogador, seu uso é relativo aos dados bibliográficos. No relatório final do FRBR são descritas as entidades e a forma como se relacionam por meio de três grupos de entidades e cada entidade é um ponto focal para o conjunto de dados: Entidades do Grupo 1 – Obra, Expressão, Manifestação e Item (Pertencem ao universo bibliográfico (Registros bibliográficos)): produtos de trabalho intelectual ou artístico; Entidades do Grupo 2 – Pessoa e Entidade Coletiva (Relativos aos registros de autoridade): responsável pelo conteúdo, produção, disseminação e guarda das entidades do primeiro grupo; Entidades do Grupo 3 – Conceito, Objeto, Evento e Lugar (Relacionados aos registros de autoridades para assuntos): servem como assuntos de uma obra.

O modelo FRBR seleciona as entidades com seus dados correspondentes como representante para suportar os requisitos funcionais em um registro bibliográfico e as relações que podem ser estabelecidas. Segundo a IFLA (2016b), as características de cada entidade do Grupo 1 são: **Obra**: uma criação intelectual ou artística, é uma entidade abstrata e é a obra em si, sem levarmos em consideração o suporte, idioma, edições, editoras etc.; **Expressão**: É como se expressa a produção intelectual ou artística de uma obra; **Manifestação**: representa todos os objetos físicos que apresentam as mesmas características, tanto no que se refere ao conteúdo intelectual, como na forma física; **Item**: é o item de uma manifestação. É uma entidade concreta. É o que entendemos como exemplar.

O Diagrama 1 ilustra o relacionamento entre as entidades do Grupo 1 do FRBR.

Diagrama 1 - Relacionamento de entidades do Grupo 1.



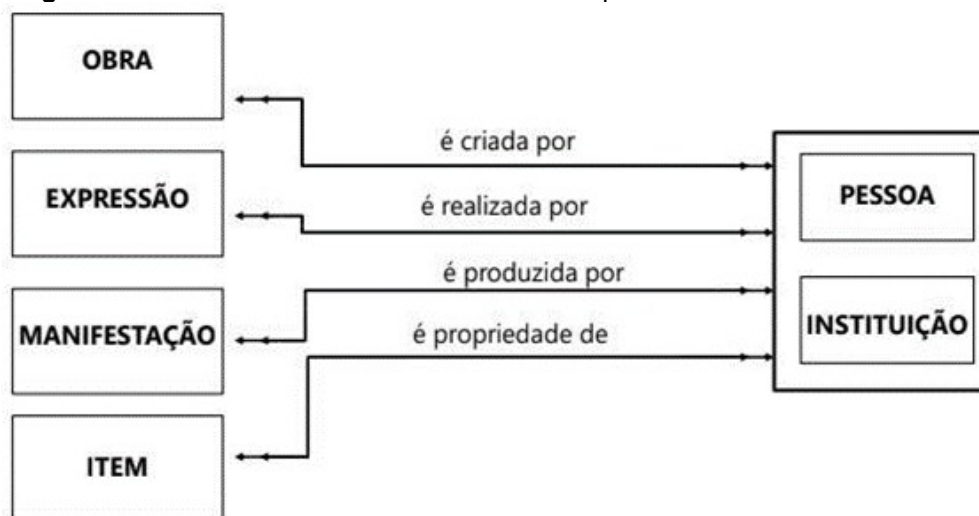
Fonte: Adaptado da International Federation of Library Associations and Institutions (2016b).

Essas entidades são subdivididas em atributos, que são as características particulares de cada entidade. Para compreender os produtos intelectuais ou artísticos do Grupo 1, podemos citar: **Obra:** título, forma, data; **Expressão:** título, forma, data, língua; **Manifestação:** título, responsabilidade, edição, local de publicação, editora, data de publicação; e **Item:** identificação, dados de aquisição, detalhes/anotações, condição do item, notas de acesso. (IFLA, 2016b, grifo nosso).

No Grupo 2 do FRBR, as entidades indicam a responsabilidade pelo desenvolvimento, criação, produção, disseminação ou custódia dos produtos das entidades do Grupo 1: **Pessoa:** É o indivíduo, permitindo denominar e identificar o indivíduo de maneira consistente em uma determinada expressão ou manifestação de uma obra; **Entidade Corporativa:** é uma organização ou grupo de indivíduos e/ou organizações que atuam como uma unidade. A entidade inclui tanto organizações e grupos que não existem mais quanto aqueles que permanecem em funcionamento (IFLA, 2016b, grifo nosso).

O Diagrama 2 ilustra o relacionamento entre as entidades do Grupo 2 do FRBR.

Diagrama 2 - Entidades e Relacionamentos de responsabilidade.



Fonte: Adaptado da International Federation of Library Associations and Institutions (2015).

Os atributos do Grupo 2, segundo a IFLA (2016b, grifo nosso) são: **Pessoa:** nome, data de nascimento, data de falecimento, local de nascimento, local de falecimento, ocupação, campos de atividade, endereço e gênero; **Entidade coletiva:** nome, data de criação, data de fechamento, local de funcionamento, tipo de organização, endereço e campos de atividade.

As entidades do Grupo 3, do modelo IFLA (2016b), são compostas por entidades que podem ser matéria de uma obra. O grupo 3 estabelece os assuntos que compõem as entidades descritas no grupo 1. A figura 3 mostra as entidades do grupo 3 e suas relações aplicadas.

No grupo 3 do FRBR, dentre as entidades que podem ser assuntos das obras destacamos: **Conceito:** é uma ideia ou noção abstrata. Abarca uma ampla gama de abstrações que podem ser matéria de uma obra: campos do conhecimento, disciplinas, escolas de pensamento, teorias, processos, técnicas, práticas etc. **Objeto:** é uma coisa material. A entidade definida como objeto inclui uma ampla gama de coisas materiais que podem ser matéria de uma obra, como: objetos animados ou inanimados que existem na natureza; **Evento:** é uma ação ou sucesso e inclui uma ampla gama de ações e sucessos que podem constituir matéria de uma obra; **Lugar:** é uma localização e abarca uma ampla gama de localizações: terrestres e extraterrestres; históricas e contemporâneas; representações geográficas e jurisdições geopolíticas.

O Diagrama 3 ilustra o relacionamento entre as entidades do Grupo 3 do FRBR.

Diagrama 3 - Entidades e Relacionamentos de matéria.



Fonte: Adaptado da International Federation of Library Associations and Institutions (2016b).

Cada entidade possui um conjunto de atributos e eles são uma série de características responsáveis por descrever as entidades, permitindo que seja possível a identificação, no sistema, das questões exigidas pelo usuário. Esses atributos podem ser classificados, somente para o Grupo 1 em: intrínsecos (vinculado aos aspectos físicos) e extrínsecos (vinculados aos aspectos contextuais) (IFLA, 2016b).

É perceptível a relação entre as entidades e seus atributos, pois auxiliam nas tarefas do usuário, para que este execute, encontre, identifique, selecione e obtenha as informações necessárias para seu uso, pois, no âmbito da catalogação, o modelo FRBR foi o primeiro modelo conceitual de catálogos bibliográficos, tendo como foco o usuário.

3.3.2 Functional Requirements for Authority Data (FRAD)

Com o objetivo de ampliar o FRBR, a IFLA organizou novos grupos de estudos com o propósito de incluir os dados de autoridade (FRAD) e dados de autoridade de assuntos (FRSAD) (OLIVER, 2011).

O modelo FRAD é uma expansão do modelo FRBR aplicada à informação para o controle de autoridades, que identifica e administra as entidades representadas nos pontos de acesso para sua posterior recuperação. Tem como objetivo atribuir uma estrutura para análises dos dados de autoridade necessários para o controle de autoridade e intercâmbio internacional de dados de autoridade. (IFLA, 2009).

O modelo conceitual FRAD foi projetado para fornecer uma referência definida e estruturada para relacionar “os dados coletados pelos criadores de registros de autoridade com as necessidades dos usuários”, além de auxiliar na avaliação de uso de dados confiáveis, no setor de bibliotecas e outros setores (IFLA, 2009, p. 8, tradução nossa). Referente as tarefas dos usuários, são elas:

encontrar: Encontrar uma entidade ou conjunto de entidades correspondentes a um determinado critério (ou seja, encontrar uma única entidade ou um conjunto delas utilizando, como critério de busca, um de seus atributos ou combinações de atributos ou relacionamentos dessa entidade).

identificar: Identificar uma entidade (ou seja, confirmar que a entidade representada corresponde à entidade pesquisada, distinguir entre duas ou mais entidades com características semelhantes) ou validar o formulário do nome para ser utilizado como ponto de acesso controlado.

contextualizar: Localizar uma pessoa, entidade corporativa, obra, etc., em seu contexto; esclarecer a relação entre duas ou mais pessoas, pessoas jurídicas, obras, etc.; ou esclarecer a relação entre uma pessoa, entidade coletiva, etc., e um nome pelo qual essa pessoa, entidade coletiva, etc., é conhecida (por exemplo, um nome usado na religião e um nome secular).

justificar: Documentar a razão por que o criador dos dados de autoridade escolheu o nome ou a forma do nome no qual um ponto de acesso controlado se baseia. (IFLA, 2009, p. 64, tradução nossa).

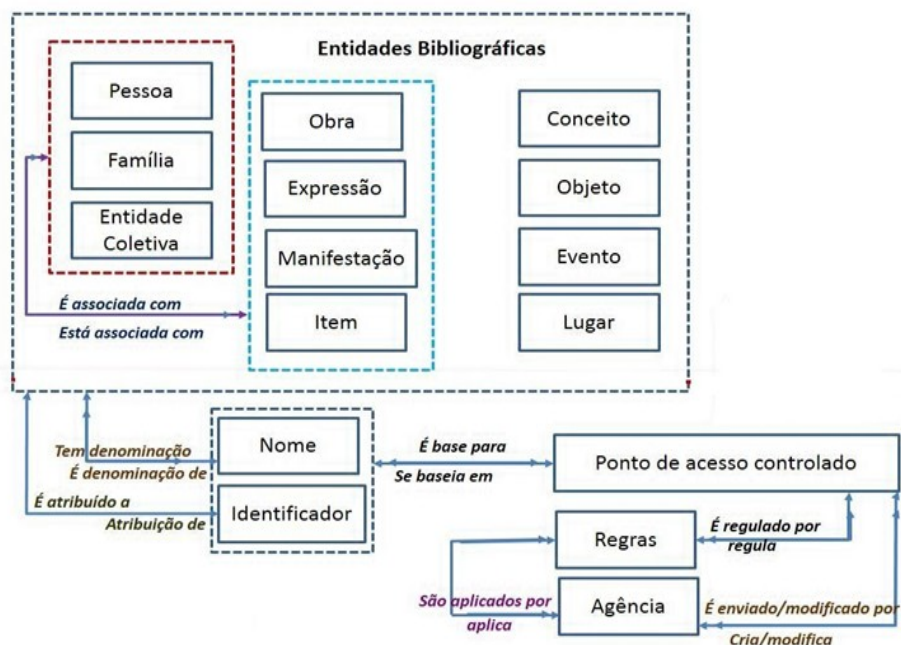
O modelo FRAD utiliza a mesma técnica de análise utilizada no modelo FRBR, o elo entre Entidade-Relacionamento, julgando como passo inicial a identificação dos objetos-chave que sejam de interesse dos usuários da informação, em um determinado domínio. (IFLA, 2009). Em relação ao modelo anterior, a FRAD manteve entidades já apresentadas e/ou somente atualizadas ou Entidades novas:

- **Pessoa:** Um indivíduo, personalidade ou identidade estabelecida ou adotada por um indivíduo ou grupo. [FRBR, modificado].
- **Família:** Duas ou mais pessoas relacionadas por nascimento, casamento, adoção, união civil ou situação jurídica similar, ou que se representem como uma família.
- **Instituição:** Uma organização ou grupo de indivíduos e/ou organizações identificadas por um nome específico que atuam como uma unidade. [FRBR, modificado].

- **Obra:** Uma criação intelectual ou artística distinta (ou seja, o conteúdo intelectual ou artístico). [FRBR, modificado no Glossário de Princípios Internacionais de Catalogação].
- **Expressão:** A realização intelectual ou artística de uma obra em forma alfanumérica, musical, notação coreográfica, som, imagem, objeto, movimento, etc., ou qualquer combinação dessas formas. [FRBR].
- **Manifestação:** A materialização física da expressão de uma obra. [FRBR, modificado].
- **Exemplar:** Uma única cópia de uma manifestação. [FRBR].
- **Conceito:** Uma ideia ou noção abstrata. [FRBR].
- **Objeto:** Uma coisa material [FRBR].
- **Evento:** Uma ação ou ocorrência [FRBR].
- **Lugar:** Uma localização [FRBR].
- **Nome:** Um caractere ou grupo de palavras e/ou caracteres pelos quais uma entidade é conhecida no mundo real [FRBR modificado].
- **Identificador:** Um número, código, palavra, frase, logotipo, mecanismo, etc., que está associado a uma entidade e serve para diferenciá-la de outras entidades dentro do domínio em que o identificador é atribuído.
- **Ponto de acesso controlado:** Um nome, termo, código, etc., sob o qual um registro bibliográfico ou de autoridade pode ser pesquisado. [GARR modificado].
- **Regras:** Um conjunto de instruções sobre a formulação e/ou registro de pontos de acesso controlados (formulários autorizados, formulários variantes ou referências, etc.).
- **Agência:** Uma organização responsável por criar ou modificar um ponto de acesso controlado. A agência é responsável pela aplicação e interpretação das regras que cria e/ou utiliza. A agência também pode ser responsável pela criação e manutenção de identificadores em seu domínio. (IFLA, p. 2009, 17-26, tradução nossa).

Assim, o FRAD relaciona os atributos das entidades para facilitar a recuperação das informações, “além de servir de referencial tanto para catalogadores quanto para o desenvolvimento de novos padrões e códigos de catalogação” (MACHADO, ZAFALON, 2020, p. 66).

Diagrama 4 - Modelo Conceitual para Dados Autoridade



Fonte: Adaptado de International Federation of Library Associations and Institutions (2009).

Os relacionamentos mostrados no Diagrama 4 refletem as associações inerentes entre os vários tipos de entidade, "as linhas e setas que ligam as entidades da parte superior do diagrama às da parte inferior representam as relações entre o nome e o identificador e as entidades bibliográficas a que estão associados". (IFLA, 2009, p. 15).

3.3.3 Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD)

Já o modelo FRSAD é um modelo conceitual que relaciona os assuntos das obras e fornece suporte para os usuários que buscam acesso/buscas por assunto. Sendo assim, os usuários têm as seguintes tarefas: **Encontrar:** um ou mais assuntos que correspondam aos critérios usado pelo usuário; **Identificar:** um assunto com base em seus atributos ou relacionamentos; **Selecionar:** um assunto adequado às necessidades dos usuários; **Explorar:** as relações entre assuntos e/ou seus nomes. (IFLA, [20--?]).

O FRSAD continua seguindo o modelo conceitual entidade-relacionamento e apresenta duas novas entidades de alto nível para os dados de autoridade de assunto, *Thema* e *Nomen*.

Thema é “[...] qualquer entidade utilizada como assunto de uma obra”, pois inclui todas as entidades dos grupos 1, 2 e 3 e que a torna uma super-entidade ou superclasse dentre as entidades do modelo conceitual FRBR. Definir o *Thema* como uma super-entidade permite a modelagem das relações e atributos em todos os níveis, geral ou abstrato. Esse modelo afirma uma das relações do FRBR, a relação Obra e *Thema* em que a Obra tem como assunto *Thema/Thema* é assunto de Obra. A entidade *Nomen* é “qualquer signo ou sequência de signos (caracteres alfanuméricos, símbolos, sons, etc.) pelo qual é conhecido, referido ou abordado um *Thema*”. É uma super-entidade ou superclasse das entidades presentes nas FRAD: nome, identificador e ponto de acesso controlado. (IFLA, [20--?], p. 14-16).

Diagrama 5 - Modelo conceitual FRSAD.



Fonte: Adaptado da International Federation of Library Associations and Institutions ([20--?]).

Cada super-entidade ou superclasse possui um conjunto de atributos, o atributo ligado ao *Thema* são dependentes da implementação e são variáveis (IFLA, [20--?]). Podem ser: Tipo de *Thema* e Nota de escopo. O Tipo de *Thema* é a categoria a qual pertence no contexto de um determinado sistema de organização do conhecimento. Na implementação pode ser organizado por categorias, classes ou tipo, “por exemplo, em algumas implementações das entidades FRBR originais [...], podem ser usadas como tipos, talvez até adicionando tempo como foi sugerido.” (IFLA, [20--?], p. 17, tradução nossa).

Já o atributo ligado ao *Nomen* representam os atributos mais comuns (gerais), é uma listagem não exaustiva por reconhecer que não são aplicáveis em todos os casos, a saber: tipo, esquema, fonte, representação, linguagem, escrita, conversão de escrita, forma, tempo de validade, público e status de um *nomen* (IFLA, [20--?]).

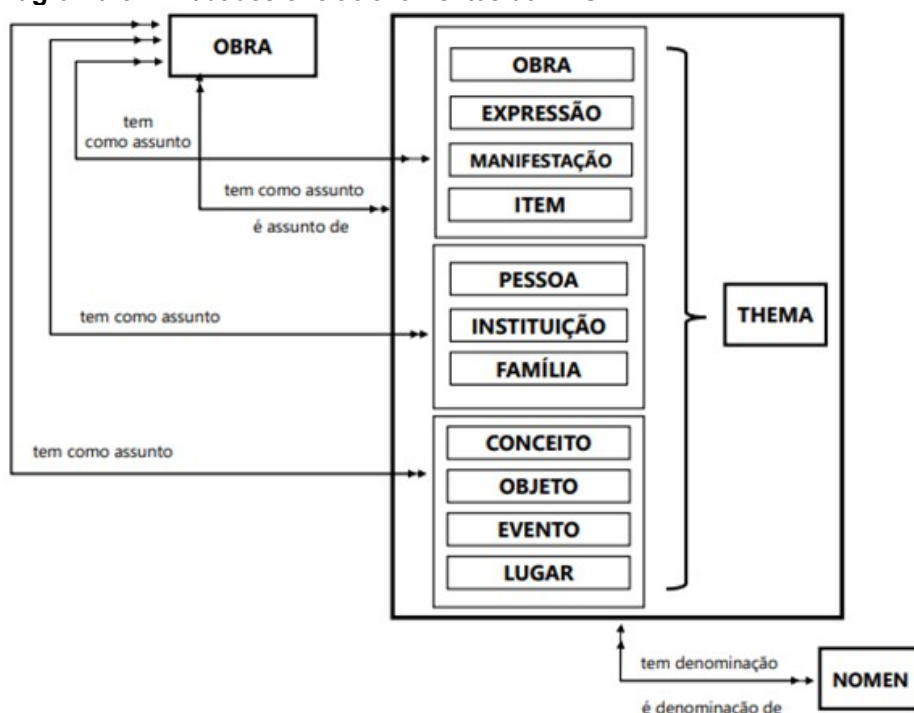
Há dois tipos de categorias às quais o *Nomen* pertence:

Identificador - o nome atribuído a uma entidade que é persistente e única dentro de um domínio; **Nome controlado** - o nome construído durante o processo de controle de autoridade ou manutenção de vocabulário que normalmente serve como ponto de acesso (nota: rotulado como ponto de acesso controlado em FRAD) (IFLA, [20--?], p. 19, tradução nossa).

Quanto aos relacionamentos, o modelo FRSAD (IFLA, [20--?]), estabelece dois tipos: 1) Relações entre os diferentes tipos de entidades e 2) Relações entre entidades do mesmo tipo.

Nas relações entre os diferentes tipos de entidades encontramos: *Obra-to-Thema* - São todas as entidades que podem ser o assunto de uma *obra*; *Thema-to-Nome* - Qualquer *Thema* pode ter mais de um *Nome*, e qualquer *Nome* pode ser a denominação de mais de um *Thema*.

Diagrama 6 - Entidades e relacionamentos do FRSAD



Fonte: MACHADO; ZAFALON (2020, p. 72).

Para as relações entre entidades do mesmo tipo temos: *Thema-to-thema*: Analisam relacionamentos diretamente aplicáveis ao acesso por assunto; *Nomen-to-nomen*: Trata das relações de equivalência e todo-parte entre os signos representativos de um conceito.

3.4 IFLA Reference Model (LRM)

O IFLA Library Reference Model (LRM), desenvolvido pelo *Consolidation Editorial Group do IFLA FRBR Review Group* e publicado em 2017 e traduzido em 2020, é um modelo conceitual de alto nível, estruturado a partir do modelo Entidade-

Relacionamento (ER), que consolida os três modelos da Família FR: FRBR, FRAD e FRASAD, pois os “três modelos de FR, embora todos criados em uma estrutura de modelagem de relacionamento entre entidades, adotaram pontos de vista diferentes e soluções distintas para problemas comuns” (IFLA, 2017, p. 5-6). As entidades, atributos, relacionamento e tarefas dos usuários, são as bases para o novo modelo, que “visa criar princípios gerais explícitos que governam a estrutura lógica das informações bibliográficas, sem fazer pressuposições sobre como esses dados podem ser armazenados em qualquer sistema ou aplicativo em particular” (IFLA, 2017, p. 9).

O escopo funcional do LRM é baseado nas tarefas dos usuários, que foram formuladas visando a funcionalidade dos dados, assim, atender as necessidades informacionais de todos os tipos de usuários, do usuário final ao bibliotecário (IFLA, 2017). A conhecer: **Encontrar**: reunir informações sobre o recurso de interesse, usando um critério relevante; **Identificar**: compreender os recursos encontrados e distinguir entre os recursos semelhantes; **Selecionar**: determinar, aceitando ou rejeitando os recursos encontrados; **Obter**: acessar o conteúdo do recurso; **Explorar**: Descobrir recursos utilizando os relacionamentos entre eles e, assim, contextualizá-los (IFLA, 2017, grifo nosso).

Já as Entidades no IFLA LRM são os principais objetos de interesse do usuário (IFLA, 2017), “identificados por “LRM-” e adicionada a letra inicial do elemento correspondente: E para entidades, A para atributos e R para relacionamentos” (MACHADO, ZAFALON, 2020, p. 101).

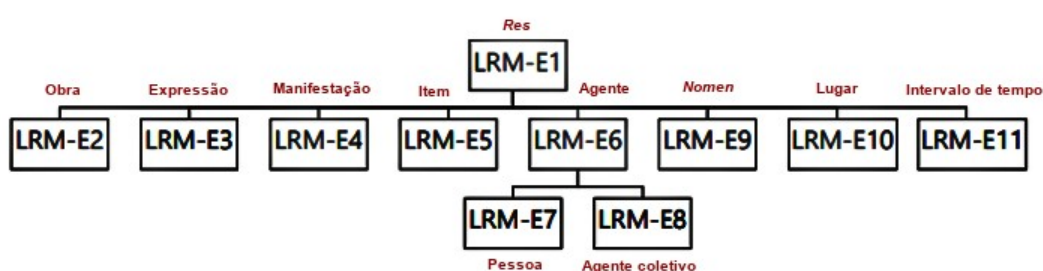
Quadro 1 - Identificação e hierarquia das Entidades.

Nível Superior	Segundo nível	Terceiro Nível
LRM-E1 – Res		--
--	LRM-E2 – Obra	--
--	LRM-E3 – Expressão	--
--	LRM-E4 – Manifestação	--
--	LRM-E5 – Item	--
--	LRM-E6 – Agente	--
--	--	LRM-E7 – Pessoa
--	--	LRM-E8 – Agente coletivo
--	LRM-E9 – <i>Nomen</i>	--
--	LRM-E10 – Lugar	--
--	LRM-E11 – Intervalo de tempo	--

Fonte: Adaptado de International Federation of Library Associations and Institutions (2017).

A IFLA LRM, diferente da família FR, adota um modelo de superclasse e subclasse, no qual o relacionamento se dá por “IsA”. O modelo inclui hierarquia entre as entidades: Nível Superior, Segundo Nível e Terceiro nível, como mostra o Quadro 1. O nível superior (*res*), seguidas pelas subclasses das entidades, diretas ou indiretas de *res*. As oito entidades do segundo nível são subclasses diretas de *res*. O terceiro nível são subclasses da entidade agente (IFLA, 2017). Essa hierarquia é demonstrada no Diagrama 7.

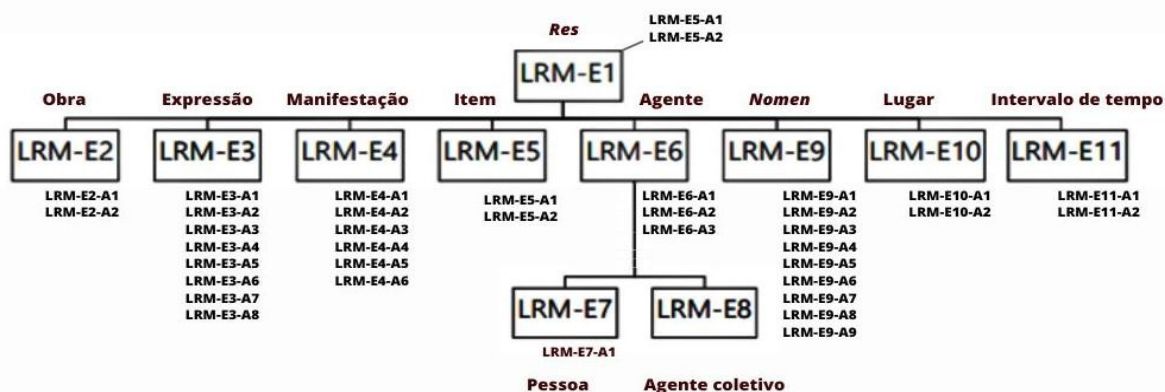
Diagrama 7 - Hierarquia das Entidades



Fonte: Adaptado de MACHADO; ZAFALON (2020, p. 102).

Em relação aos atributos, que caracterizam as instâncias de cada entidade, podem ser adicionados para registrar características importantes ou acrescentar detalhes, por meio de vocabulários controlados ou linguagem natural, dependendo da unidade catalogadora, além de nenhum atributo definido pelo modelo ser obrigatório (IFLA, 2017).

Diagrama 8 - Atributos das entidades do IFLA LRM.



Fonte: Adaptado de MACHADO; ZAFALON (2020, p. 103).

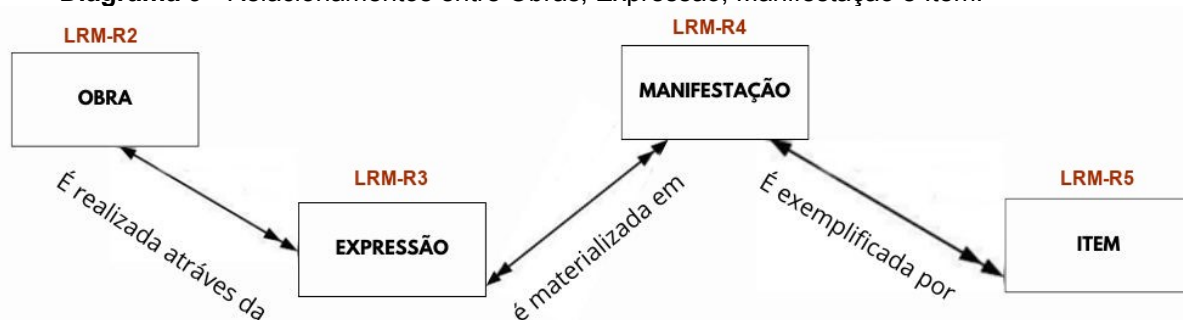
Os relacionamentos também obedecem a hierarquias (ver Anexo A) e conectam as instâncias das entidades, trazendo coerência para a ligação entre as

entidades, “os relacionamentos são declarados de uma maneira geral e abstrata e, assim, permitem que os implementadores incluam detalhes adicionais de forma consistente e coerente, adicionando especificações complementares” (IFLA, 2017, p. 60). Convenções utilizadas nos diagramas entidade-relacionamento:

- Um retângulo é utilizado para cada entidade, servindo como nós que estão conectados por relações.
- Uma linha (seta) representa o relacionamento (ou relacionamentos) que existe entre as entidades.
- Quando um relacionamento é recursivo [...], a seta é mostrada como uma trajetória circular em um dos vértices do retângulo da entidade.
- Quando ilustrada, a hierarquia “isA” que vincula as entidades da subclasse com sua entidade da superclasse é mostrada com uma linha pontilhada.
- A cardinalidade de um relacionamento é indicada pelas pontas de seta: ◦ uma seta de ponta única indica que a cardinalidade dessa entidade é “um (1)”; ◦ uma seta de pontas duplas indica que a cardinalidade para essa entidade é “muitos (M)”. (IFLA, 2017, p. 85).

O Diagrama 9 demonstra os relacionamentos LRM-R2 a LRM-R4.

Diagrama 9 - Relacionamentos entre Obras, Expressão, Manifestação e Item.



Fonte: Adaptado de International Federation of Library Associations and Institutions (2017, p. 85).

Os relacionamentos LRM-R5 a LRM-R11 representadas no Diagrama 10, mostra que os relacionamentos são mantidos entre a entidade agente e obras, expressões, manifestações e itens. “Esses relacionamentos capturam a responsabilidade pelos processos de criação, fabricação, distribuição, propriedade ou modificação” (IFLA, 2017, p. 86).

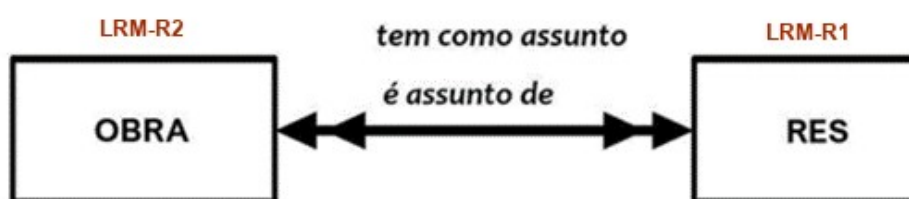
Diagrama 10 - Relacionamentos de responsabilidade entre Agentes e Obras, Expressões, Manifestações e Itens



Fonte: Adaptado de International Federation of Library Associations and Institutions (2017, p. 86).

O relacionamento LRM-R12 vincula obra com as *res*. “Toda *res* [...] pode ser o assunto de uma ou mais obras; obras podem ter uma ou mais *res* como seu assunto”. (IFLA, 2017, p. 87).

Diagrama 11 - Relacionamento de Assunto



Fonte: Adaptado de International Federation of Library Associations and Institutions (2017, p. 87).

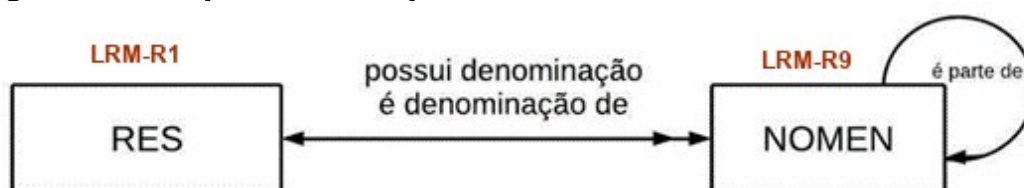
O relacionamento LRM-R13 conecta uma *res* aos seus *nomens*. “Toda *res* [...] pode ser conhecida por um ou mais *nomens*. Cada *nomen* é a denominação de uma única *res*” (IFLA, 2017, p. 87).

as obras podem estar relacionadas com outras obras de distintas formas: como partes componentes, como predecessores ou sucessores lógicos, como acompanhamentos ou complementos, servindo de inspiração para outras obras ou sendo transformadas em novas obras (LRM-R18 a LRM-R22). Da mesma forma, expressões de uma obra podem ser derivadas em

novas expressões (LRM-R24) e podem ter expressões como partes componentes (LRM-R23); as manifestações podem estar relacionadas como reproduções (LRM-R27) ou como alternativas (LRM R29) e também podem ter manifestações como partes componentes (LRM-R26). Os itens podem estar relacionados com manifestações como fonte para uma reprodução (LRM-R28). (IFLA, 2017, p. 89).

O Diagrama 12 mostra o relacionamento LRM-R13.

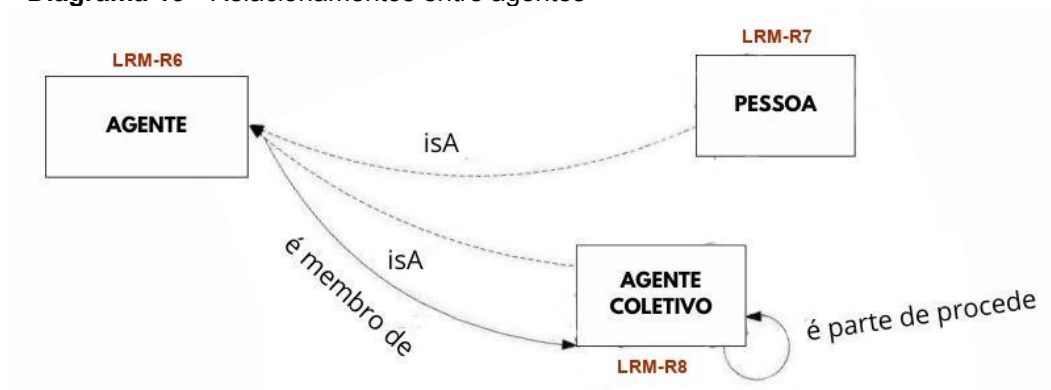
Diagrama 12 - Relação de denominação



Fonte: Adaptado de International Federation of Library Associations and Institutions (2017, p. 87).

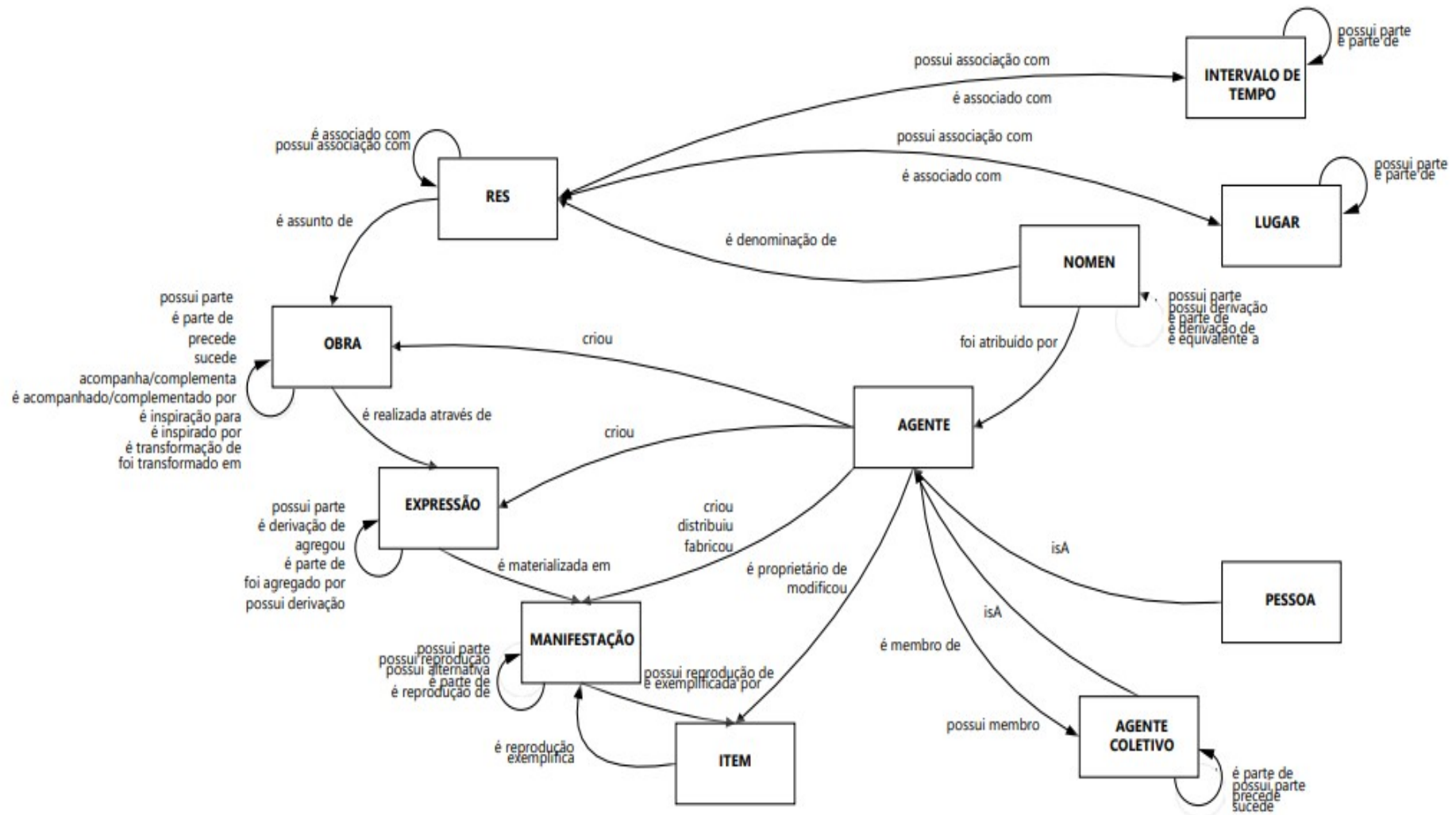
A relação de associação de LRM-R30 a LRM-R32 mantém-se entre um agente coletivo e qualquer agente (pessoa ou outro agente coletivo). “Para esses relacionamentos é acrescentada uma indicação de hierarquia “isA” entre a entidade agente e suas subclasses pessoas e agente coletivo”. (IFLA, 2017, p. 88).

Diagrama 13 - Relacionamentos entre agentes



Fonte: Adaptado de International Federation of Library Associations and Institutions (2017, p. 88).

Diagrama 14 - Panorama dos relacionamentos entre as entidades do IFLA LRM.



Fonte: International Federation of Library Associations and Institutions (2017, p. 88).

O diagrama 14, de visão geral mostra todos os relacionamentos representados nos diagrama 9 ao 13.

o diagrama ilustra que uma res pode estar associada a outra res (LRM-R1), bem como a instâncias de lugar (LRM-R33) e intervalo de tempo (LRM-R35). As entidades lugar e intervalo de tempo podem ser compostas por partes que são, respectivamente, lugares (LRM-R34) e intervalos de tempo (LRM R36). Nomens são designados por um agente (LRM-R14), e podem ser derivados de outros nomens (LRM-R17), além de serem compostos de partes as quais são elas próprias nomens (LRM-R16). (IFLA, 2017, p. 89).

Portanto, a IFLA LRM oferece uma modelagem conceitual de catalogação, é uma base que serve como eixo para o desenvolvimento de outros modelos ou códigos de catalogação.

No Quadro 2 é possível visualizar as entidades e as tarefas de usuários adotadas nos modelos conceituais FRBR, FRAD, FRSAD e no IFLA LRM.

Quadro 2 - Visão geral do FRBR, FRAD, FRSAD e IFLA LRM.

Entidade	FRBR	FRAD	FRSAD	IFLA LRM
Grupo 1	Obra Expressão Manifestação Item	Obra Expressão Manifestação Item	---	Res Nomen Obra Expressão Manifestação Item
Grupo 2	Pessoa Entidade coletiva	Pessoa Entidade Coletiva	---	Agente (Pessoa e Agente Coletivo)
Grupo 3	Conceito Objeto Evento Lugar	Conceito Objeto Evento Lugar Família Nome Identificador Ponto de Acesso Regras Agência	<i>Thema Nomen</i>	Lugar Intervalo de Tempo
Tarefas dos usuários	Encontrar Identificar Selecionar Obter	Encontrar Identificar Contextualizar Justificar	Encontrar Identificar Selecionar Explorar	Encontrar Identificar Selecionar Obter Explorar

Fonte: Adaptado da International Federation of Library Associations and Institutions (2015, 2008, [20--?], 2017).

Como comenta Oliver (2011, p. 17), “[...] estes modelos moldaram a estrutura da RDA e influenciaram a linguagem empregada nas instruções”. Portanto, esse breve diálogo demonstra que não há como usar o RDA sem o entendimento prévio aplicado nos modelos conceituais FRBR, FRAD, FRSAD e IFLA LRM.

3.5 Machine Readable Cataloging (MARC).

O registro MARC auxilia na descrição dos documentos no sistema das bibliotecas e/ou unidades de informação, ou seja, ler e interpretar um dado em um registro bibliográfico em um catálogo automatizado. O registro no sistema pelo MARC auxilia na catalogação automatizada de um dado informacional e essas informações ficam disponíveis para a melhor busca e recuperação realizada pelo usuário. Conforme ressaltado por Ferreira (2013, p. 18), o formato MARC 21 “é destinado a ser o veículo para informação bibliográfica, referente a livros, materiais de arquivo e manuscritos, arquivos de computador, mapas, músicas, materiais visuais e periódicos”.

O MARC começou a ser utilizado a partir da década de 1960, pela *Library of Congress* que concebeu o formato LC MARC, um sistema com números, códigos e símbolos para a catalogação de registros bibliográficos (ZAFALON, 2015). Posteriormente evoluído para MARC 21 *Format for Bibliographic Data*, traduzido para MARC 21 Dados Bibliográficos, que “aponta para o futuro à medida que avançamos no século XXI e sugere o caráter internacional do formato” (LIBRARY OF CONGRESS, 1998, tradução nossa).

O MARC 21 é constituído por três principais elementos, sendo eles: a estrutura do registro é dada pela codificação, a designação do conteúdo é provida pelo padrão de metadados e os dados de conteúdo estão de acordo com as regras de catalogação, seus elementos e vocabulários. (PICCO; ORTIZ REPISO, 2012).

Para uma organização mais concisa de um registro bibliográfico, o formato MARC 21 possui três componentes principais estabelecidos, que são: **Líder:** contendo informações que auxiliam no processamento do registro, apresentando números e códigos e seu significado depende de sua posição, podendo compreender 24 posições para um registro; **Diretório:** Apresenta entradas de

tamanho fixo para cada campo variável do registro, sendo que cada entrada possui 12 posições e se apresenta em três partes: a *tag* ou etiqueta do campo, o tamanho do campo e a posição inicial do campo. O Diretório segue o Líder e está localizado na posição 24 do registro, gerado automaticamente; e **Campos variáveis**: são os dados do registro, organizados em campos variáveis, identificados por uma *tag* composta por três caracteres numéricos. (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, DIVISÃO DE BIBLIOTECAS E DOCUMENTAÇÃO, 2017).

O Quadro 3 mostra a divisão geral básica dos campos do MARC 21 para Dados Bibliográficos, e “a anotação XX é usada para fazer referência a um grupo de TAGs relacionadas, por exemplo 1XX refere-se às todas as TAGs dos grupos que começa com 1, indicando, portanto, a entrada principal do registro: 110, 110, 111 e 130” (ZAFALON, 2015, p. 23).

Quadro 3 - Campos do MARC 21 para Dados Bibliográficos

Campos	Conteúdo dos campos
0XX	Informação de controle, números e códigos
1XX	Entrada principal
2XX	Títulos, edição, imprensa
3XX	Descrição física etc.
4XX	Designação de série
5XX	Notas
6XX	Entradas adicionais de assunto
7XX	Entradas adicionais de outros assuntos e séries
8XX	Entradas adicionais de série
9XX	Reservado para uso local

Fonte: Adaptado de ZAFALON (2015).

Dentro de cada campo existem os indicadores e também um conjunto de subcampos para a descrição dos conteúdos. Os **Indicadores** são números de um dígito, a partir do campo 01, seguido de *tag* e assume duas posições de caracteres, um para o indicador 1 e outra para o indicador 2, sendo possível haver indicador 2 e não haver o indicador 1, ou vice versa, nesse caso, se torna um indicador indefinido que é caracterizado pelo caractere #, indicando que é um espaço em branco. Os **Subcampos** são a divisão de cada campo, começando pelo campo 010, sendo que cada subcampo é precedido por um código delimitador (\$), em cada campo, o subcampo ‘a’ (\$a) é obrigatório, com exceção no campo 020 em que o subcampo \$a

é inexistente, porém o subcampo \$b é conhecido. Alguns subcampos são repetíveis. (ZAFALON, 2015).

No Quadro 4 é possível observar o exemplo do campo 245, que recebe informações de título e indicação de responsabilidade do material no MARC 21, o livro **A história do DNA: a história documentada da clonagem de genes** de James D. Watson e John Tooze.

Quadro 4 - Exemplo de preenchimento do campo 245 no MARC 21

Campo	Primeiro Indicador	Segundo Indicador	Subcampo \$a	Subcampo \$b	Subcampo \$c
245	1	2	\$a A história do DNA	\$b a história documentada da clonagem de genes	\$c James D. Watson; John Tooze

Fonte: Elaboração própria, com base em ZAFALON (2015).

O MARC 21 está em processo de atualização, como será visto mais adiante, e é de vital importância para o processo de catalogação de registros bibliográficos, não somente de livros, mas também de manuscritos, música, cartas cartográficas, material visual e misto, etc., possibilitando na cooperação de informações entre as unidades de informações.

3.6 International Standard Bibliographic Description (ISBD)

A International Standard Bibliographic Description (ISBD) nasceu de discussões sobre a catalogação compartilhada e a automatização dos serviços de bibliotecas, em 1968, por meio da *International Meeting of Cataloguing Expert*, vinculado à *International Federation of Library Associations and Institutions*, realizada em Copenhague, com a participação de 32 países. (MACHADO, ZAFALON, 2020). Como principal tarefa dessa reunião “era providenciar os meios para ampliar o compartilhamento e troca de dados bibliográficos” (FUSCO, 2011, p. 32), com o objetivo de servir como um padrão de controle bibliográfico, internacionalmente aceito.

Mey e Silveira (2009, p. 79) ressaltam que a ISBD é fruto do “estudo das informações encontradas em oito bibliografias nacionais correntes” apresentado por

Michael Gorman, o documento que deu origem ao atual *International Standard Bibliographic Description* ou ISBD, inicialmente chamado de *Standard Bibliographic Description* – SBD, o "I" foi anteposto à sigla inicial da publicação por se tratar de um documento que sob todos os aspectos, e no mais alto sentido técnico, mereceria ser considerado como um padrão internacional (CUNHA, 1979, p. 10). Nesse documento, Gorman sistematizou a ordem para informações e pontuação utilizadas no registro de um documento, de modo a ser reconhecível pelos usuários de um catálogo (HAIDER, 2018; ORTEGA, 2004).

Em 1971, saiu a edição preliminar da primeira ISDB, nomeada como ISBD (M) destinada para a descrição bibliográfica de Monografias (CUNHA, 1979; RODRÍGUEZ; MCGARRY, 2008). Assim, as demais edições da ISBD foram publicadas, a saber:

para publicações em série ISBD(S) em 1974; para material cartográfico ISBD(CM) e material não livro ISBD(NBM) ambas em 1977; a ISBD(A) para livro antigo e as ISBD(PM) para música impressa em 1980 e, mais recentemente as ISBD(CF) para ficheiros de computador, em 1990. Neste contexto foi necessário criar uma estrutura geral em que se enquadrassem todas as ISBDs, o que deu como resultado a produção da ISBD(G), publicadas em 1977, a principal utilidade da ISBD(G) é assegurar a harmonia entre as outras ISBDs. Para a descrição ao nível dos analíticos, foram publicadas em 1988 as Directivas para a aplicação da ISBD para a descrição de partes componentes (RODRÍGUEZ; MCGARRY, 2008, p. 116).

A ISBD especifica os elementos necessários para descrição de diversos tipos de documentos, a ordem em que estes elementos devem ser registrados e a pontuação utilizada entre os elementos, assim, um dos principais objetivos é “fornecer regras consistentes para a descrição de todos os tipos de recursos, uniformidade na medida do possível, bem como especificações concretas para certos tipos de recursos, conforme exigido pela sua descrição” (IFLA, 2007, p. ix, tradução nossa). Por meio das ISBDs é possível “reconhecer áreas específicas como autor, título, preço da editora etc., as quais devem ser expressamente previstas em qualquer publicação de forma que possam ser identificadas facilmente” (ENANG; UMOREN, 2011, p. 38).

No entanto, a IFLA, em 2007, por intermédio do Grupo de Revisão da ISBD decidiu consolidar as ISBDs, substituindo as ISBDs individuais, sempre considerando as alterações nos códigos de catalogação que foram elaborados e

atualizados mediante os critérios estabelecidos pelas ISBDs, (IFLA, 2011, tradução nossa). Um desses exemplos é o código AACR.

A ISBD consolidada tem o objetivo fornecer padrões para catalogação compatível mundialmente, com o intuito de auxiliar no intercâmbio internacional de registros bibliográficos entre agências bibliográficas (IFLA, 2007, tradução nossa). A ISBD abrange: textos impressos, recursos cartográficos, recursos eletrônicos, imagens em movimento, recursos de mídia, Recursos musicais notáveis, gravações de som, Imagens estáticas (IFLA, 2011, tradução nossa). Mey e Silveira salientam que “a padronização não está na quantidade de elementos, porém na forma e ordem [...] em que são registrados. Caso uma biblioteca decida incluir algum elemento, deverá fazê-lo de acordo com a norma” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 80). Além disso, devemos conhecer os elementos e sua ordem (Quadro 5).

Quadro 5 - Estrutura do ISBD

<p>0 Área de forma do conteúdo e do tipo de material 1 Área de título e menção de responsabilidade 2 Área de edição 3 Área específica de material ou tipo de publicação 4 Área de publicação, produção, distribuição etc. 5 Área de descrição física 6 Área de série e publicação em série monográfica 7 Área de notas 8 Área de identificação da publicação e condições de disponibilidade</p>
--

Fonte: International Federation of Library Associations and Institutions (2011, grifo nosso).

Foi proposta, em 2009, a criação da Área 0, destinada à forma de conteúdo e tipo de meio, para solucionar os problemas relativos à Designação Geral de Material (DGM), encontrados nas edições preliminares da ISBD (RIOS HILARIO e GUERREIRO, 2011). A IFLA, em 2011, publicou a primeira edição da ISBD consolidada, com uma nova atualização em 2021 (IFLA, 2021). Algumas outras mudanças que se destacam na edição atual são:

- o texto foi editado para evitar redundância e conseguir mais harmonização;
- os níveis de elementos obrigatórios, opcionais e condicionais foram simplificados para indicar apenas quando um elemento é obrigatório;
- a base da descrição, que constitui o objeto da descrição bibliográfica, foi esclarecida;
- mais atenção foi dada aos recursos monográficos multipartes;
- as fontes de informação foram revisadas para consistência terminológica e aplicação;
- mais consideração foi dada aos requisitos de escritas não-romanos;

- foram removidas as estipulações para a descrição de recursos monográficos mais antigos que não correspondiam à ISBD;
- foi esclarecido que os qualificadores são diferentes dos elementos;
- a área 5 foi renomeada de modo a permitir que os recursos impressos sejam descritos de forma consistente com outros materiais;
- o nome da área 6 foi expandido; e,
- novas definições foram incluídas no glossário (MACHADO, ZAFALON, 2020, p. 51/52).

A ISBD incorpora novas mudanças, mas simplifica a catalogação de recursos que compartilham características comuns por meio de um formato. Integra os registros de ontem com os de hoje. Sob este prisma, atualmente, a ISBD é considerada uma norma padrão internacional para a comunidade bibliotecária, reconhecida como tal pela Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (2009).

4 OS CÓDIGOS DE CATALOGAÇÃO

Iniciaremos uma breve contextualização sobre o Anglo-Americano Cataloguing Rules 2nd edition, sua estrutura e regras gerais para a descrição bibliográfica visando o melhor entendimento do RDA.

4.1 Anglo-American Cataloging Rules (AACR)

O AACR publicado pela American Library Association (ALA), Canadian Library Association (CLA) e Library Association, atualmente conhecida como Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP). É um conjunto de regras e diretrizes, elaboradas com base na “Declaração de Princípios”, documento advindo de discussões durante a Convenção de Paris, em 1961, e com base nas ISBDs – International Standard Bibliographic Description, resultante de discussões na International Meeting of Cataloguing Experts, de 1969 (MACHADO; ZAFALON, 2020).

em 1967 foi publicada a primeira edição do AACR – Anglo-American Cataloguing Rules, que mantinha diferenças entre as normas britânicas e normas americanas. A segunda edição de 1978 unificou esses dois conjuntos de normas e apresenta-se como o AACR2, Anglo-American Cataloguing Rules, Second Edition (FUSCO, 2011, p. 28).

Desde sua primeira publicação o código sofreu várias revisões, como em 1978, 1998 e 2002. “Seu uso é projetado para a construção de catálogos e outras listas em geral e pode ser utilizado em bibliotecas de todos os tamanhos. As normas abrangem a descrição e a oferta de pontos de acesso para todos os materiais na biblioteca” (FUSCO, 2011, p. 28). Podemos observar no Quadro 6, o histórico e a evolução do AACR2 até hoje.

Quadro 6 - Momentos históricos do AACR

ANO	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO AACR2
1967	<i>Anglo-American Cataloging Rules (AACR)</i> - publicado a partir de regras feitas pela ALA, LC, <i>Library Association</i> da Grã-Bretanha e <i>Canadian Library Association</i> .
1978	<i>Anglo-American Cataloging Rules</i> segunda edição é publicada com base na ISBD em sua primeira parte, evidenciando a abordagem na catalogação de diferentes tipos de materiais. As regras da segunda parte foram baseadas nos Princípios de Paris.

ANO	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO AACR2
1980	A FEBAB recebe a autorização para a tradução das duas partes do AACR2.
1981	O AACR2 é adotado pela Biblioteca Nacional do Canadá, Biblioteca do Congresso, Biblioteca Britânica e Biblioteca Australiana Nacional.
1988	Foi publicado uma revisão do AACR2 em folhas soltas.
1989	Início da tradução brasileira do AACR2.
1998	Publicada as correções e atualizações do AACR2.
2000	FEBAB inicia a revisão do AACR2 de 1998.
2002	Finalização da revisão com mudança no Capítulo 3 (materiais cartográficos), Capítulo 9 (recursos eletrônicos) e Capítulo 12 (recursos contínuos).
2003	Renovação do contrato de direitos autorais da FEBAB pela distribuição do AACR2 no Brasil.

Fonte: Adaptado de JOINT STEERING COMMITTEE (2002); FEBAB (2019); HAIDER (2018).

A versão brasileira do AACR foi autorizada e publicada pela primeira vez em 1980, pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), a publicação em dois volumes, do Código de Catalogação Anglo-Americano:

em 1983 o volume 1, e em 1985 o volume 2. Posteriormente, várias tentativas foram realizadas para reimpressão do código com as atualizações publicadas desde 1988, porém sem sucesso devido à insuficiência de recursos financeiros. Em janeiro de 2003, foi efetivada a renovação do contrato com os editores do AACR para a cessão dos direitos autorais, o que possibilitou à FEBAB as providências para tornar disponível aos bibliotecários brasileiros e dos países de língua portuguesa o novo Código de Catalogação Anglo-Americano, 2ª edição, revisão 2002 (FEBAB, 2019, p. 1).

Como mencionado acima, a versão mais recente deste código é a 2ª edição revisada em 2002, o AACR2. O Código tem o objetivo de regular os procedimentos de catalogação em escala internacional, estabelecendo especificações relacionadas à descrição das publicações e à atribuição de elementos descritivos, e um sistema de pontuação em que a catalogação possa ser feita considerando o suporte físico, por métodos tradicionais ou de máquina (FUSCO, 2010). O Código está dividido em duas partes, mais especificamente:

a parte I (capítulos 1-13), intitulada Descrição, trata do fornecimento de informações que descrevem o item que está sendo catalogado, cobrindo as regras para descrição bibliográfica. A parte II (capítulos 21 a 26), intitulada Cabeçalhos, títulos uniformes e referências, trata da determinação e estabelecimento de cabeçalhos que abrangem as regras de escolha e formas de pontos de acesso sob as quais as informações descritivas devem

ser apresentadas aos usuários do catálogo; e com a referência a esses títulos. As introduções às partes I e II começam em cada parte, respectivamente. Nas duas partes, as regras passam do geral para o específico. A parte II é seguida pelos apêndices (A-E), que tratam de letras maiúsculas, abreviações, numerais, glossário e artigos iniciais de títulos em diferentes idiomas, respectivamente (HAIDER, 2018, p. 1, tradução nossa).

Além das duas partes, o AACR2 possui seis apêndices utilizados no decorrer dos capítulos. Uma observação importante é que na edição brasileira, há um Apêndice adicional denominado Apêndice da Edição Brasileira, que se refere às Entradas para Nomes de Língua Portuguesa.

Quadro 7 - Parte I, II e apêndices do código AACR2

Parte I	Parte II
Introdução Capítulo 1 – Regras gerais para descrição Capítulo 2 – Livros, folhetos e folhas impressas Capítulo 3 – Materiais cartográficos Capítulo 4 – Manuscritos (incluindo coleções manuscritas) Capítulo 5 – Música Capítulo 6 – Gravações de som Capítulo 7 – Filmes cinematográficos e gravações de vídeo Capítulo 8 – Materiais gráficos Capítulo 9 – Recursos eletrônicos Capítulo 10 – Artefatos tridimensionais e Realia Capítulo 11 – Microformas Capítulo 12 – Recursos contínuos Capítulo 13 – Análise	Introdução: cabeçalhos, títulos uniformes e referências. Capítulo 21 – Escolha dos pontos de acesso Capítulo 22 – Cabeçalhos para pessoas Capítulo 23 – Nomes geográficos Capítulo 24 – Cabeçalhos para entidades Capítulo 25 – Títulos uniformes Capítulo 26 – Remissivas
Apêndice A – Uso de maiúsculas Apêndice B – Abreviaturas Apêndice C – Numerais Apêndice D – Glossário Apêndice E – Artigos iniciais Apêndice à edição brasileira: Entrada para nomes de Língua Portuguesa.	

Fonte: JOINT STEERING COMMITTEE (2002).

Porém, o conteúdo a ser analisado nesse trabalho serão os Capítulos 1 e 2 do Código, respectivamente, Regras gerais para descrição e Livros, folhetos e folhas impressas.

Quadro 8 - Estrutura do Código analisada e suas definições

Parte 1	
Introdução 1 Regras Gerais de Descrição	
2 Livros, Folhetos e Folhas impressas	Descrição de itens monográficos impressos, referem-se a monografias impressas, livros, folhetos e folhas soltas impressas. Não incluem textos impressos em microforma e publicações seriadas e em folhas soltas de atualização.

Fonte: JOINT STEERING COMMITTEE (2002).

Desde a criação e o desenvolvimento do AACR, chegando a sua segunda edição, se tornou o código de catalogação mais utilizado nas unidades de informação, portanto, “este código, dado contemplar não só os aspetos da descrição bibliográfica (zonas ISBD), mas também a determinação dos pontos de acesso, foi largamente adotado como código de catalogação em muitos países do mundo” (MARCOS, 2014, p. 7). Desse modo, o AACR2 tem como objetivo

[...] normalizar a catalogação no âmbito internacional servindo de base para o tratamento da informação por meio de um sistema de pontuação em que a catalogação pode ser feita pelo suporte físico da Obra, através da forma escrita convencional ou legível por máquina. Para atingir tal objetivo, estabelece normas relativas a descrição das publicações, atribuindo uma ordem aos elementos descritivos, prescrevendo, ainda, um sistema de pontuação de descrição (FUSCO, 2011, p. 31).

Vale ressaltar que com o avanço tecnológico afetou a forma de armazenamento, organização e fornecimento de informações na biblioteca, portanto, é inevitável que o processo de catalogação deve operar de acordo com a nova configuração tecnológica. Desse modo, Vaz Marcos (2014, p. 7) acrescenta que a “revisão, feita em 2002, além de rever algumas das questões relacionadas aos recursos contínuos, abriu o caminho para uma revisão mais geral, em consonância com o modelo conceptual FRBR”, visualizando as mudanças tecnológicas, evidenciando a atualização do AACR para sua terceira edição, porém, a proposta veio como um novo código de catalogação voltado para os avanços tecnológicos, o RDA.

4.2 Resource Description and Access (RDA)

Com o avanço das tecnologias, a informação se tornou mais acessível e, portanto, o gerenciamento dessas informações deve ser preciso e acessível ao público e os profissionais que realizam o trabalho de catalogação devem estar sempre atualizados com as novas formas de realização desses registros bibliográficos, destacando a necessidade de

- Melhorar as funcionalidades dos catálogos e suas interfaces para fornecer uma maneira fácil de pesquisar e recuperar informações.
- Dar espaço a novos recursos emergentes.
- Evidenciar as relações entre os recursos.
- Reduzir custos simplificando o processo de catalogação (COTONER CERDÓ, 2017, p. 5, tradução nossa).

O RDA veio como um novo código de catalogação que foi projetado para o meio digital, o que o torna mais abrangente que o AACR2. O RDA é uma implementação prática do modelo conceitual LRM e segue sua estrutura das entidades e os relacionamentos entre elas. O RDA também “define atributos e relacionamentos adicionais como uma expansão ou refinamento do modelo LRM quando necessário [...] é construído sobre fundamentos estabelecidos pelo Anglo-American Cataloguing Rules. 2nd edition” (RDA TOOLKIT, 2022).

Segundo Oliver (2011), o RDA consiste em um código com instruções práticas com a finalidade de ser suporte para o gerenciamento de dados projetados para as novas tecnologias. O RDA “pode ser utilizado para a descrição tanto de recursos tradicionais quanto não-tradicionais, analógicos e digitais, dentro e fora da biblioteca” (OLIVER, 2011, p. 3).

RDA é um padrão internacional para a criação de metadados de bibliotecas e centros informacionais para uso no ambiente digital em constante expansão. O RDA foi projetado para atender a uma ampla variedade de necessidades de coleta e acesso de dados (RDA TOOLKIT, 2022, tradução nossa).

As principais características presentes no RDA dizem respeito a uma estrutura flexível que se adequa à descrição de qualquer tipo de recurso, sendo ele analógico ou digital; tem o foco nos usuários, através das suas tarefas; integrado ao ambiente da *web* semântica; e acessível *online* através da plataforma RDA Toolkit

(COTONER CERDÓ, 2017, p. 4, tradução nossa). Portanto, foi desenvolvido para ser usado principalmente no campo das bibliotecas, mas também visa obter uma comparação com os padrões de metadados utilizados nos setores relacionados a arquivos, museus, editoras, educadores, distribuidores e livreiros (OLIVER, 2011). O RDA tem como finalidade fornecer “diretrizes e instruções sobre entidades, elementos e esquemas de codificação de vocabulário com foco no usuário destinados a um agente que cria metadados” (RDA TOOLKIT, 2022, tradução nossa).

O RDA é uma realidade em nível internacional, pois é fruto de cooperação de quatro países: Austrália, Canadá, Grã-Bretanha e Estados Unidos, vem gerando profundas mudanças no processo de catalogação, pois pensada em um contexto internacional, contribui para a adaptabilidade do novo código. (OLIVER, 2011).

Assumpção e Santos (2009, p. 02) mencionam que o RDA possibilita a “flexibilidade e extensibilidade necessárias para acomodar as características de novos recursos e a adaptabilidade necessária para os dados produzidos funcionarem com uma ampla gama de ambientes tecnológicos”. De acordo com Holanda (2020, p. 63),

compreender a configuração do RDA a priori não é uma tarefa fácil. É necessário se desprender de toda a estrutura até então compreendida ao utilizar o AACR2R, desde a sua organização até o seu conteúdo e principalmente, estar bastante familiarizado com os conceitos dos FRBR e FRAD.

O primeiro rascunho do RDA foi apresentado em 2008 por Tom Delsey, editor-chefe do Joint Steering Committee for Development of RDA, criado em 2005. Em 2009, a IFLA aprova a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, revisão do Princípios de 1961. No mesmo ano, Tom Delsey abandona o Joint Steering Committee for Development of RDA. Em 2010, o RDA Toolkit é publicado. Em 2016, o Joint Steering Committee for Development of RDA é substituído pelo RDA Steering Committee (COTONER CERDÓ, 2017, tradução nossa).

Os princípios do RDA seguem as diretrizes desenvolvidas com os objetivos e princípios estabelecidos na Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação. De acordo com o RDA Toolkit (2022), esses princípios são:

Diferenciação: a descrição deve servir para diferenciar o recurso descrito de outros recursos; **Suficiência:** a descrição deve ser suficiente para que responda as necessidades do usuário para a seleção do recurso adequado; **Relações:** Os dados que descrevem um recurso devem indicar relacionamentos significativos entre o recurso descrito e outros recursos. Os dados que descrevem uma entidade associada ao recurso devem refletir todas as relações bibliográficas significativas entre essa entidade e outras entidades; **Representação:** a descrição deve refletir a representação do próprio recurso; **Precisão:** Os dados que descrevem um recurso devem oferecer informações suplementares para corrigir ou esclarecer representações ambíguas, ininteligíveis ou enganosas feitas nas fontes de informação que fazem parte do próprio recurso; **Atribuição:** A descrição das relações entre um recurso e uma pessoa, uma família e uma entidade coletiva associada a esse recurso deve refletir as atribuições de responsabilidade, sejam elas precisas ou não. As atribuições podem ser encontradas no próprio recurso ou em fontes de referência; **Uso ou Prática Comum:** As diretrizes e instruções para registrar os outros elementos que não fazem parte da transcrição devem refletir o uso comum no idioma e escrita da agência catalogadora; **Uniformidade:** As orientações e instruções fornecidas nos apêndices sobre o uso de letras maiúsculas, abreviaturas, ordem dos elementos, pontuação, etc. devem servir para promover uniformidade na descrição dos dados ou uma entidade associada ao recurso. (RDA TOOLKIT, 2022, tradução nossa).

O RDA fornece um conjunto de diretrizes para o registro de dados que dão suporte para atender às necessidades de busca de informações. De acordo com Castro (2008, p. 87), o RDA “ao ser comparado com o código em exercício – AACR2, pode-se verificar notórias diferenças com relação à estrutura do RDA. A nova estrutura se relaciona mais proximamente com as entidades e tarefas do usuário dos FRBR”. Portanto, auxilia os usuários na execução das seguintes tarefas:

Encontrar: ou seja, encontrar recursos que correspondam aos critérios de pesquisa definidos pelo usuário;
Identificar: ou seja, confirmar que o recurso descrito corresponde ao recurso procurado ou distinguir entre dois ou mais recursos com características semelhantes;
Selecionar: ou seja, selecionar um recurso apropriado para as necessidades do usuário;
Obter: ou seja, adquirir ou ter acesso ao recurso descrito. (RDA TOOLKIT, 2022, tradução nossa, grifo nosso).

A organização final do RDA, em sua estrutura, tem 37 capítulos, divididos em dez seções: “as seções 1–4 cobrem os elementos correspondentes aos atributos de entidade definidos em FRBR e FRAD; as seções 5–10 cobrem os elementos correspondentes aos relacionamentos definidos em FRBR, FRAD e FRSAD” (RDA TOOLKIT, 2022). Os capítulos são complementados por 13 apêndices identificados

da letra A a M. Cada seção estabelece princípios funcionais que sustentam as diretrizes gerais e instruções dessa seção (Quadro 9).

Quadro 9 - Estrutura RDA

Índice	Índice localizador de instruções e apêndices		
Introdução			Capítulo 0 – 0.11
Registros de Atributos	Seção 1	Registros dos atributos de manifestação e do item.	Capítulo 1 - 4
	Seção 2	Registros de atributos de obra e de expressão.	Capítulo 5 - 7
	Seção 3	Registros de atributos de pessoa, de família e de entidades coletivas.	Capítulo 8 -11
	Seção 4	Registros de atributos de conceito, de objeto, de evento, e de lugar.	Capítulo 12 - 16
Registros de Relacionamentos	Seção 5	Registros dos relacionamentos primários entre uma obra, expressão, manifestação e item.	Capítulo 17
	Seção 6	Registros dos relacionamentos para pessoas, famílias e entidades coletivas com um recurso.	Capítulo 18 - 22
	Seção 7	Registros dos relacionamentos de assuntos	Capítulo 23
	Seção 8	Registros dos relacionamentos entre obra, expressão, manifestação e item.	Capítulo 14 - 28
	Seção 9	Registros dos relacionamentos entre pessoas, famílias e entidades coletivas	Capítulo 29 - 32
	Seção 10	Registros dos relacionamentos entre conceitos, objetos, eventos e lugares.	Capítulo 33 - 37
Apêndices	A	Uso de maiúsculas.	
	B	Abreviaturas e símbolos	
	C	Artigos iniciais.	
	D	Sintaxe do registro para descrição do dado.	
	E	Sintaxe do registro para controle do ponto de acesso.	
	F	Cabeçalhos para pessoas.	
	G	Títulos de nobreza, termos de classificação, etc.	
	H	Datas do calendário cristão.	
	I	Designadores de relacionamento entre obra, expressão, manifestação ou item e agentes associados com os recursos.	
	J	Designadores de relacionamento entre obra, expressão, manifestação e item.	
	K	Designadores de relacionamento entre agentes.	
L	Designadores de relacionamento entre conceitos, objetos, eventos e lugares.		
M	Designadores de relacionamento de assunto		
Glossário	Lista alfabética de termos e expressões		

Fonte: RDA TOOLKIT (2022).

Na introdução, o Código descreve brevemente as relações básicas de cada seção, destacando na Seção 0 – Introdução, encontramos as primeiras informações sobre o Código e sua ligação com os modelos conceituais e com outras regras de descrição (Quadro 10).

Quadro 10 - Destaque sobre os modelos conceituais e regras de descrição

Seção 0.0 – Finalidade e Escopo
 Seção 0.2 – Modelos Conceituais que Fundamentam RDA
 Seção 0.2.2 – Alinhamento com o FRBR.
 Seção 0.2.3 – Alinhamento com o FRAD.
 Seção 0.2.4 – Alinhamento com FRSAD.
 Seção 0.3 – Relação com outras Regras de Descrição e Acesso ao Recurso.
 Seção 0.3.3 – Alinhamento com ISBD
 Seção 0.3.4 – Alinhamento com MARC 21

Fonte: RDA TOOLKIT (2022).

As instruções para registrar os atributos para identificação da obra, localiza-se na seção 1, capítulos 1 a 4 e “esses atributos devem permitir ao usuário encontrar manifestações e exemplares e identificar, selecionar e obter recursos” (HERNÁNDEZ MAILLO, 2017, p. 17, tradução nossa). Recomenda-se a inclusão dos seguintes elementos (Quadro 11) (RDA TOOLKIT, 2022).

Quadro 11 - Atributos das entidades

ATRIBUTOS			
OBRA	EXPRESSÃO	MANIFESTAÇÃO	EXEMPLAR
Identificador Título Forma Data Lugar	Identificador Título Conteúdo Idioma Data	Identificador Título Menção de responsabilidade Menção de edição Menção de publicação Suporte Suporte Físico	Identificador Assinatura Origem Localização

Fonte: HERNÁNDEZ MAILLO (2017, p. 17, tradução nossa).

O RDA Toolkit é um produto *online*, disponível através do site <http://rdatoolkit.org>, por ser integrado e baseado em navegador, que permite aos usuários interagir com uma coleção de documentos relacionados à catalogação e recursos, com exemplos práticos em inglês, como o código RDA e o AACR2 (RDA TOOLKIT, 2020, tradução nossa). Com maior detalhamento, o RDA Toolkit inclui:

- Instruções RDA em inglês, francês e alemão pesquisáveis e navegáveis,
- Busca pela regra do AACR2 e instruções do RDA por meio do menu Pesquisa avançada [...]
- [...] Mapeamentos de RDA para diferentes esquemas, incluindo MARC 21.
- [...] O que você precisa para avaliar e implementar a RDA; tomar decisões de catalogação com base em princípios; aumentar a eficiência; facilitar a colaboração; e para ajudar a posicionar a comunidade para o futuro, tornando os dados bibliográficos acessíveis na Web (HAIDER, 2017a, p. 1, tradução nossa).

Porém, o RDA não veio voltado somente para recursos tecnológicos, o “RDA pode ser utilizado para a descrição tanto de recursos tradicionais quanto não-tradicionais, analógicos e digitais, dentro e fora da biblioteca” (OLIVER, 2011, p. 3).

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa tem como objeto de estudo a Organização e Representação da Informação no que consiste à catalogação de materiais bibliográficos, particularmente, os livros em Braille, realizando um estudo comparativo entre o AACR2 e o RDA. A pesquisa caracteriza-se como descritiva que, segundo Antônio Carlos Gil (2008, p. 42), “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

O estudo tem abordagem qualitativa, visto que observa “aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 31). Quanto à natureza da pesquisa caracteriza-se como básica, pois “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência [...]. Envolve verdades e interesses universais”. (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 34).

Para o desenvolvimento deste trabalho, quanto aos procedimentos que foram utilizados, optou-se pela pesquisa bibliográfica que, para Fonseca (2002, p. 32), é realizada

a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.

Assim, foi realizado como instrumento de coleta de dados o levantamento bibliográfico nas bases: Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Repositório Acadêmico de Biblioteconomia e Ciência da Informação (RABCI).

E documentos normativos como: Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, Functional Requirements for Bibliographic Records (FRBR), Functional Requirements for Authority Data (FRAD), Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD), IFLA Library Reference Model (LRM), International Standard Bibliographic Description (ISBD), por serem documentos que baseiam os códigos de catalogação.

E a pesquisa documental, através de análises de fontes primárias, isto é, dados que foram tratados científica ou analiticamente (Gil, 2008). Portanto, o estudo comparativo entre os códigos de catalogação AACR2 e RDA, utilizando os campos da ferramenta de metadados MARC 21, na questão da similaridade ou dissemelhança entre os códigos na catalogação de livros em Braille.

6 APLICAÇÃO DO RDA EM REGISTROS BIBLIOGRÁFICOS

Utilizou-se o código RDA disponibilizado no site RDA Toolkit (2022), com a finalidade de verificar a catalogação dos registros bibliográficos dos livros em Braille empregado com o novo código. Aplicou-se a catalogação dos registros bibliográficos nos códigos de catalogação AACR2 e RDA, a título de comparação, de acordo com os campos correspondentes ao MARC 21. A análise não tem como foco principal os campos de autoridade do RDA.

Os dados sintetizados neste estudo foram coletados do catálogo de obras da Seção Braille da Biblioteca Pública Arthur Vianna, cujo acervo está sendo inserido no sistema Pergamum.

Portanto, o foco desse estudo comparativo é analisar as diferenças entre os códigos AACR2 e RDA nos registros de dados bibliográficos em Braille, nas possíveis modificações e na empregabilidade no MARC 21.

A seção 1.5 do RDA Toolkit indica três tipos de descrição de um recurso, possibilitando a eleição do tipo corresponde à proposta de recurso: Descrição integral/abrangente: pode ser utilizada para descrever um recurso como um todo, como por exemplo, um recurso em unidade individual, monografia em várias partes, etc. (RDA 2.1.2); Descrição analítica: pode ser utilizada para descrever um recurso maior, como por exemplo, um volume de uma coleção (RDA 2.1.3); Descrição hierárquica: descreve um recurso que consiste de duas ou mais partes (RDA 1.5.4). A descrição integrada do RDA corresponde à descrição, como um todo, do AACR2 (2.12); a descrição analítica corresponde a ao Cap. 13 (AACR2 13.1-13.5) do AACR2; e a descrição hierárquica corresponde a ao Cap. 13 (AACR2 13.6) do AACR2.

O RDA identifica, na regra 0.6, um conjunto de elementos que são essenciais para a descrição de um recurso, são elementos cruciais para qualquer tipo de descrição, em que o RDA recomenda que “inclua no mínimo todos os seguintes itens aplicáveis e facilmente reconhecíveis” (RDA TOOLKIT, 2022), deixando de lado os níveis de descrição do AACR2, em que cada um estabelecia um conjunto de elementos no registro de um recurso. Desse modo, os dados que identificam e

descrevem as manifestações e os exemplares devem incluir os seguintes elementos principais destacados no Quadro 12.

Quadro 12 - Elementos Essenciais para registro

Manifestação e Item	Obra e Expressão
Título, Identificação de responsabilidade, Identificação de edição, Numeração de publicação seriada, Identificação de produção, Identificação de publicação, Identificação de série, Identificação de manifestação, Tipo de suporte Extensão.	Título preferido da obra, Identificador da obra Forma da obra, Data da obra, Local de origem da obra, Outra característica distintiva da obra, Identificador da expressão, Tipo de conteúdo, Idioma de expressão, Data de expressão, Outra característica distintiva da expressão.

Fonte: RDA TOOLKIT (2022).

Os principais campos MARC 21 identificam que um registro bibliográfico foi catalogado no RDA, são: Fonte da catalogação (040 \$e), tipo de conteúdo (336), tipo de mídia (337) e tipo de suporte (338). Comparando RDA ao AACR2 temos o Quadro 13:

Quadro 13 - AACR2 e RDA e os principais campos do MARC 21 para Registros Bibliográficos

AACR2	RDA
020 \$a – ISBN 022 \$a – ISSN. 080 \$a – Classificação em CDU 082 \$a – Classificação em CDD	020 \$a – ISBN 022 \$a – ISSN. 040 \$e – Fonte da catalogação 080 \$a – Classificação em CDU 082 \$a – Classificação em CDD
100 \$a – Entrada principal para um nome pessoal	100 \$a \$e – Entrada principal para um nome pessoal
245 \$a \$b \$c \$h – Título e outras informações relacionadas 250 \$a – Edição 260 \$a \$b \$c – Informações de publicação (Imprensa)	245 \$a \$b \$c – Título e outras informações relacionadas 250 \$a – Edição 264 \$a \$b \$c – Produção, publicação, distribuição, Fabricação, ano de copyright
300 \$a \$b \$c \$e – Descrição física	300 \$a \$b \$c \$e – Descrição física
490 \$a \$v – Série (forma não controlada)	336 \$a \$b – Tipo de conteúdo 337 \$a \$b – Tipo de mídia 338 \$a \$b – Tipo de suporte
500 \$a – Notas gerais 520 \$a – Notas de resumo	
650 \$a – Assunto tópico controlado	490 \$a \$v – Série (forma não controlada)

AACR2	RDA
700 \$a – Entrada secundária para um nome pessoal	500 \$a – Notas gerais 520 \$a – Notas de resumo 650 \$a – Assunto tópico controlado 700 \$a \$e – Entrada secundária para um nome pessoal

Fonte: JOINT STEERING COMMITTEE (2002); RDA TOOLKIT (2022).

Destacando e reforçando no Quadro 13, o campo 080 ou 082, definido pela instituição catalogadora, qual sistema de classificação documentária será utilizado nas bibliotecas e/ou unidades de informação. Os campos em negrito são os campos e subcampos novos na catalogação usando o código RDA e serão abordados mais à frente dessa análise.

O RDA tem uma regra (2.2) sobre a fonte de informação que consiste no recurso de informação utilizado para a retirada dos elementos de descrição e tem como fonte preferencial de informação (RDA 2.2.2): o meio de armazenamento (por exemplo, papel, fita, filme); qualquer alojamento que seja parte integrante do recurso (por exemplo, um cassete, um cartucho). Porém, é permitindo que seja retirada de outras fontes de informação, como: material acompanhante (por exemplo, um folheto, um arquivo “sobre”) que não seja tratado como parte do próprio recurso; outras descrições de recursos publicados; um contêiner que não foi publicado como parte do próprio recurso; qualquer outra fonte disponível (por exemplo, uma fonte de referência) (RDA 2.2.4). No AACR2, a fonte de informação é o próprio recurso, por intermédio da folha de rosto ou, se não houver folha de rosto, a fonte da publicação que a substitua (AACR2 2.0B).

Quanto à transcrição de pontuações, no RDA (regra 2.3) não há mais a restrição, pois devemos transcrever o título conforme aparecer no recurso, enquanto que o AACR2 (1.0C) conduz à substituição das “...” por “[]” e “-” por “()”. Sobre as incorreções, o AACR2 (1.0F1), transcreve o termo mal escrito sucedido da expressão latina [sic]. No RDA (1.7.9; 2.3.1.4), a transcrição deve ser feita como está na fonte, registrando o título correto no campo 246 e, se necessário, fazer uma nota.

O primeiro exemplo apresentado no Quadro 14 é oriundo do livro **O Mágico de Oz**, do autor L. Frank Baum, livro em Braille, produzido pela Fundação Dorina Nowill para Cegos, em 2010.

Quadro 14 - Comparação da catalogação em AACR2 e RDA.

Catalogação em MARC conforme AACR	Catalogação em MARC conforme RDA
020 ## \$a – ISBN	020 ## \$a – ISBN
022 0# \$a – ISSN	022 0# \$a – ISSN.
080 ## \$a – Classificação em CDU	040 ## \$a \$e rda
082 0# \$a – Classificação em CDD	080 ## \$a – Classificação em CDU
	082 0# \$a – Classificação em CDD
100 1# \$a Baum, L. Frank \$q (Lyman Frank) \$d 1856-1919.	100 1# \$a Baum, L. Frank \$q (Lyman Frank) \$d 1856-1919 \$e autor
240 00 \$a The wizard of Oz. \$l Português	240 00 \$a The wizard of Oz. \$l Português
245 1# \$a O mágico de Oz \$h [Braille] / \$c L. Frank Baum ; tradução e adaptação Ligia Cademartori.	245 1# \$a O mágico de Oz / \$c L. Frank Baum ; tradução e adaptação Ligia Cademartori.
260 ## \$a São Paulo : \$b Fundação Dorina Nowill para Cegos, \$c 2010.	264 #0 \$a São Paulo : \$b Fundação Dorina Nowill para Cegos, \$c 2010.
300 ## \$a 2v. em braille ; \$c 31 cm.	300 ## \$a 2 volumes (207 páginas); \$c 31 cm
500 ## \$a 1. edição - 2008 Editora FTD	336 ## \$a texto tátil \$b tct \$2 rdacontent
500 ## \$a Dados retirados da capa.	337 ## \$a não mediado \$b n \$2 rdamedia
610 24 \$a Fundação Dorina Nowill para Cegos.	338 ## \$a volume \$b nc \$2 rdacarrier
650 04 \$a Braille (sistema de escrita) \$x deficiência visual.	500 ## \$a 1. edição - 2008 Editora FTD
650 04 \$a Literatura infantojuvenil	500 ## \$a Dados retirados da capa.
650 04 \$a Educação especial	521 ## \$a Deficiente visual
700 1# \$a Baum, L. Frank \$d 1856-1919 \$q (Lyman Frank)	546 ## \$a Código Braille
700 1# \$a Cademartori, Ligia.	610 24 \$a Fundação Dorina Nowill para Cegos.
710 2# \$a Fundação Dorina para Cegos	650 04 \$a Braille (sistema de escrita) \$x deficiência visual
949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.1	650 04 \$a Literatura infantojuvenil
949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.2	650 04 \$a Educação especial
	700 1# \$a Baum, L. Frank \$d 1856-1919 \$q (Lyman Frank) \$e autor
	700 1# \$a Cademartori, Ligia \$e tradutor
	710 1# \$a Fundação Dorina para Cegos
	949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.1
	949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.2

Fonte: Elaborado pela autora.

A primeira indicação disposta pelo código RDA que difere do ACCR2 é o Líder 07 – Nível bibliográfico, em que essa posição passa a ser mapeada, pela regra 2.13. Única unidade, Monografia em multipartes, Publicação seriada, Recurso Integrado são as quatro opções de modo de publicação. A posição 07, do Líder, no MARC oferece três opções: m – Para Unidade única ou monografia em multipartes; s – Para publicações seriadas; e i – Para recursos integrados. O indicado para livros impressos é a opção m, de Monografia, que abrange registro em uma única parte ou em vários volumes. O Líder 18 – Forma de Catalogação, passa a informar se o registro possui ou não a pontuação do ISBD e não informa mais o código de catalogação utilizado no registro: posição “i – pontuação ISBD incluída” ou a posição “# - pontuação ISBD não incluída”.

O Campo 020 – Identificador para a Manifestação, regida pela regra 2.15 do RDA, recomenda que o catalogador registre os números do ISBN e outros identificadores conforme consta no recurso catalogado. O Campo 040 – Fonte catalogadora, necessita que todos os registros catalogados em RDA conste no campo 040, no subcampo \$e, nomeado de Fontes convencionais de descrições de dados (R), a sigla “rda” em minúsculo, de acordo a lista de convenção na descrição de códigos da Library of Congress, <http://www.loc.gov/standards/sourcelist/descriptive-conventions.html>. Os campos 100, 110 e 111, de acordo com a regra 19.2 do RDA, passam a ser compreendidos como “Pontos de acesso”.

A regra Idioma e Alfabeto (RDA 1.4) instrui registrar os elementos básicos (título, indicação de responsabilidade, responsabilidade de edição, numeração das publicações seriadas, responsabilidade da produção, responsabilidade da publicação, distribuição, fabricação e série) conforme aparece na fonte de informação. Porém, se um dos itens citados não puder ser registrado no idioma usado na fonte, registrar de forma transliterada, iniciando em maiúscula inicial da primeira palavra do título e da primeira palavra do nome de uma entidade coletiva, se o idioma não tiver um sistema de uso de maiúsculas (RDA Apêndice A). Os nomes próprios devem ser registrados com a inicial maiúscula de acordo com o uso do inglês (RDA Apêndice A.32). O AACR2 (1.0E) instrui registrar as informações transcritas do próprio item no idioma e escrita (sempre que possível) em que

aparecem: Título e indicação de responsabilidade, edição, publicação, distribuição, etc., séries. Recomenda substituir os símbolos e outros materiais que não podem ser reproduzidos pelos recursos entre colchetes, se necessário, uma nota explicativa.

Designação de relacionamento: No RDA Toolkit, no Apêndice I, se encontra a lista de designadores de relação, em que faz os relacionamentos entre um recurso e indivíduos, famílias e entidades corporativas associados ao recurso. Essa lista não é conclusiva, o catalogador tem total liberdade para ser mais específico na descrição, na função do criador ou contribuidor do recurso. No RDA passa a indicar o primeiro ponto de acesso no 100 e o designador de função no subcampo \$e, registrando também, o primeiro ponto de acesso e os demais contribuidores (se obtiver), no campo 700, repetindo o designador de função no subcampo \$e, passando a indicar o tipo de relação entre o ponto de acesso e a manifestação catalogada (Quadro 15).

Quadro 15 - MARC 21 – Campos 100 e 700 no AACR2 e RDA

Campo 100 no AACR2	Campo 100 no RDA
100 1# \$a Baum, L. Frank \$q (Lyman Frank) \$d 1856-1919.	100 1# \$a Baum, L. Frank \$q (Lyman Frank) \$d 1856-1919 \$e autor.
Campo 700 no AACR2	Campo 700 no RDA
700 1# \$a Baum, L. Frank \$d 1856-1919 \$q (Lyman Frank) 700 1# \$a Cademartori, Ligia.	700 1# \$a Baum, L. Frank \$d 1856-1919 \$q (Lyman Frank) \$e autor 700 1# \$a Cademartori, Ligia \$e tradutor.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os trabalhos colaborativos no RDA diferem do AACR2 quando há mais de três autores. No AACR2 (1.1F5), se houver mais de três autores, o autor em destaque ou mencionado primeiro, deve ser citado e registrado no campo 100 e os outros dois serão registrados no campo 700. No RDA (2.4.1.5), não existem limites para inclusão de indicação de responsabilidade, porém oferece a opção de “omissão” de todos os autores, menos o primeiro autor. No MARC 21, o primeiro autor citado é registrado no campo 100, e no campo 245 os autores são registrados independente do número de autores apresentados no recurso catalogado, assim como entrada secundária no campo 700, como mostra o Quadro 16.

Quadro 16 - Trabalhos colaborativos no AACR2 e RDA.

AACR2	RDA
100 1# \$a Nome Autor 1 245 1# \$a Título / \$c Autor 1 ... [et al.] 700 1# \$a Autor 1	100 1# \$a Nome Autor 1 \$e autor 245 1# \$a Título / \$c Autor 1, Autor 2, Autor 3 700 1# \$a Nome Autor 1 \$e autor 700 1# \$a Nome Autor 2 \$e autor 700 1# \$a Nome Autor 3 \$e autor

Fonte: Elaborado pela autora.

O segundo exemplo apresentado, no Quadro 17, é oriundo do livro **Harry Potter e as relíquias da morte** da autora J. K. Rowling, livro em Braille, produzido pela Fundação Dorina Nowill para Cegos, em 2008.

Quadro 17 - Comparação da catalogação em AACR2 e RDA

Catalogação em MARC conforme AACR2	Catalogação em MARC conforme RDA
020 \$a – ISBN 022 \$a – ISSN. 080 \$a – Classificação em CDU 082 \$a – Classificação em CDD 100 1# \$a Rowling, J. K., \$d 1965- 240 00 \$a Harry Potter and the deathly hallows. \$l Português 245 10 \$a Harry Potter e as relíquias da morte \$h [Braille] / \$c J. K. Rowling. 260 ## \$a São Paulo : \$b Fundação Dorina Nowill para Cegos, \$c 2008. 300 ## \$a 16v. em braille ; \$c 31cm. 500 ## \$a Tradução de: Harry Potter and the deathly hallows. 500 ## \$a 1. edição - 2007 Editora Rocco 500 ## \$a Dados retirados da capa. 610 24 \$a Fundação Dorina Nowill para Cegos. 650 04 \$a Literatura infante juvenil inglesa. 650 04 \$a Livros para cegos. 700 1# \$a Rowling, J. K. 710 2# \$a Fundação Dorina Nowill para Cegos. 949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.1 949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.2 949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.3 949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.4 949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.5 949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.6 949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.7	020 \$a – ISBN 022 \$a – ISSN. 040 \$e rda 080 \$a – Classificação em CDU 082 \$a – Classificação em CDD 100 1# \$a Rowling, J. K., \$d 1965- \$e autor 245 10 \$a Harry Potter e as relíquias da morte / \$c J. K. Rowling. 264 #0 \$a São Paulo : \$b Fundação Dorina Nowill para Cegos, \$c 2008. 300 ## \$a 16 volumes (1.691 páginas) ; \$c 31cm 336 ## \$a texto tátil \$b tct \$2 rdacontent 337 ## \$a não mediado \$b n \$2 rdamedia 338 ## \$a volume \$b nc \$2 rdacarrier 500 ## \$a Tradução de: Harry Potter and the deathly hallows. 500 ## \$a 1. edição - 2007 Editora Rocco 500 ## \$a Dados retirados da capa. 521 ## \$a Deficiente visual 546 ## \$a Código Braille 610 24 \$a Fundação Dorina Nowill para Cegos. 650 04 \$a Literatura infante juvenil inglesa. 650 04 \$a Livros para cegos. 700 1# \$a Rowling, J. K. \$e autor 710 1# \$a Fundação Dorina para Cegos 949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.1 949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.2 949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.3

Catálogo em MARC conforme AACR2	Catálogo em MARC conforme RDA
949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.8	949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.4
949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.9	949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.5
949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.10	949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.6
949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.11	949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.7
949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.12	949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.8
949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.13	949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.9
949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.14	949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.10
949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.15	949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.11
949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.16	949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.12
	949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.13
	949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.14
	949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.15
	949 ## \$a 1.255.784 DL 04/05/2009 v.16

Fonte: Elaborado pela autora.

Para melhor acomodar os dados advindos do RDA, houve a criação do campo 264 - Produção, publicação, distribuição, fabricação e nota de copyright (RDA 2.7–2.11), comportando melhor as informações que no AACR2 (1.4), no campo MARC 260, eram acumuladas somente nos subcampos. Abaixo, segue o Quadro 18 com as principais informações do campo 264.

Quadro 18 - Campo 264 MARC no RDA.

Indicador 2	Subcampo \$a	Subcampo \$b	Subcampo \$c
264 _0	Local de produção	Nome do produtor	Data de produção
264 _1	Local de publicação	Nome do publicador	Data de publicação
264 _2	Local de distribuição	Nome do distribuidor	Data de distribuição
264 _3	Local de fabricação	Nome do fabricante	Data de fabricação
264 _4	--	--	Data de copyright

Fonte: RDA TOOLKIT (2022).

Para os locais e nomes que não sejam passíveis de identificação, de acordo com o AACR2 (1.4C6), a informação seria recebida entre parênteses, de forma abreviada. No RDA (2.8.2.6), essas informações devem ser informadas em texto corrido, sem a utilização do latim como demonstra o Quadro 19.

Quadro 19 - Locais passíveis de identificação no AACR2 e RDA

AACR2	RDA
[sine loco] ou [S.l.]	[lugar de publicação não identificado]
[s.n.] ou [sine nomine]	[editor não identificado]

AACR2	RDA
--	[data de publicação não identificada]
[s.n.] ou [sine nomine]	[distribuidor não identificado]

Fonte: JOINT STEERING COMMITTEE (2002), RDA TOOLKIT (2022).

No RDA o registro dessas informações no campo 264 deve ser transcrita como aparece no recurso. A forma abreviada da informação só deve ser inserida se constar no recurso. Se o local de publicação for incerto (RDA 2.8.2.6.1), deve-se introduzir o local provável entre colchetes, porém, se o local de publicação não estiver no recurso, mas há como identificar, colocar entre colchetes, como mostram os Quadros 20 e 21.

Quadro 20 - Local de publicação incerto no RDA

Local de publicação incerto	[São Paulo?]
Local de publicação identificável	[Veneza]

Fonte: RDA TOOLKIT (2022).

Quadro 21 - Data de publicação incerto no RDA

Tipo de data	RDA
Data aproximada	[aproximadamente 1980]
Ano provável	[1973?]
Década conhecida	[198-]
Década provável	[198?]
Século conhecido	[17--]
Século provável	[17-?]
Um ano ou outro	1985 ou 1986
Período de 20 anos	[entre 1850 e 1865]
Copyright	© 2014 ou copyright 2014.

Fonte: RDA TOOLKIT (2022).

Pelo RDA, a data de publicação fica de acordo com o catalogador a forma que deve ser inserida. A data de copyright (RDA 2.11) deve ser inserida quando a data de publicação e de distribuição são desconhecidas e deve ser registrada no campo 264, indicadores #4, subcampo c.

A descrição física do item catalogado, campo 300 do MARC, no RDA (3.4.5), a extensão, ilustração e dimensão adota a mesma regra do AACR2 (2.5).

O subcampo h, do campo 245, se tornou obsoleto para o código RDA, pois surge uma nova forma de descrição do recurso, por meio dos campos 336, 337 e 338, como demonstra o Quadro 22.

Quadro 22 - Campos novos do MARC 21 para o RDA.

Campos MARC 21	Nome do campo	Descrição
336	Tipo de conteúdo	É uma caracterização que reflete a forma fundamental de comunicação em que o conteúdo é expresso, bem como o sentido humano por meio do qual se pretende que ele seja apreendido. No caso de conteúdo expresso de forma de imagem ou imagens, o tipo de conteúdo também reflete o número de dimensões espaciais e, que se pretende que o conteúdo seja apreendido e a presença apreendida ou ausência de movimento.
337	Tipo de mídia	É a categorização que reflete o tipo geral de dispositivos de intermediação necessária para ver, tocar, exibir, etc. o conteúdo de um recurso.
338	Tipo de suporte	É uma categorização que reflete o formato do meio de armazenamento e invólucro de um suporte em relação com o tipo de dispositivo de intermediação necessário para ver, tocar, exibir, etc., o conteúdo de um recurso.

Fonte: RDA TOOLKIT (2022).

Os novos campos vieram para ajudar a identificar e descrever melhor os registros bibliográficos na catalogação de acordo com o código RDA, que o torna mais específico nas descrições. Os subcampos dos campos 336-338 se caracterizam (Quadro 23).

Quadro 23 - Subcampos dos campos 336, 337 e 338 no RDA

Subcampos	Descrição
\$a	Termo do tipo de conteúdo: Tipo de conteúdo da obra descrita.
\$b	Código do tipo de conteúdo: Código que representa o tipo de conteúdo da obra descrita.
\$2	Fonte: identifica a fonte do termo ou código utilizado para registrar as informações do tipo de conteúdo. rdacontent para o campo 336; rdamedia para o campo 337; rdacarrier para o campo 338.
\$3	Material especificado: Parte dos materiais descritos ao qual o campo se aplica (usado quando necessário).

Fonte: LIBRARY OF CONGRESS (2014, tradução nossa).

O Tipo de conteúdo (RDA 6.9), campo 336, é uma forma de comunicação em que expressa uma obra. A Library of Congress disponibilizou um vocabulário

controlado para o preenchimento do campo, disponível no *link*: <http://www.loc.gov/standards/valuelist/rdacontent.html>. No Quadro 24 será focado somente nos termos controlados para representar materiais em braille, sendo livros ou outros recursos. Nesse caso, o campo 336 \$a deve ser preenchido pelo vocabulário controlado “Texto tátil”.

Quadro 24 - Vocabulário controlado para o campo 336 do MARC para o RDA.

Termos de mídia RDA	Códigos MARC para termos RDA	Líder Bibliográfico MARC/código(s) 06
Imagem tátil cartográfica	crt	e ou f
Forma cartográfica tátil tridimensional	crn	e ou f
Imagem tátil	tci	k
Música com notação tátil	tcm	c ou d
Movimento notado tátil	tcn	a ou t
Texto tátil	tct	a ou t
Forma tridimensional tátil	tcf	r

Fonte: LIBRARY OF CONGRESS (2014, tradução nossa).

O Tipo de mídia (RDA 3.2), campo 337, reflete o dispositivo intermediário que requer a manifestação para ser visualizada ou executada. O Vocabulário empregado para o tipo de mídia está disponível no *link*: <http://www.loc.gov/standards/valuelist/rdamedia.html>, que segue no Quadro 25. Para os livros impressos, o tipo de mídia é “Não-Mediado”. Este termo significa que o conteúdo é destinado a ser assimilado sem a necessidade de um dispositivo para intermediar.

Quadro 25 - Vocabulário controlado para o campo 337 do MARC para o RDA.

Termos de mídia RDA	Códigos MARC para termos RDA	Códigos MARC para termos RDA
Áudio	s	s - gravação de som
Computador	c	c - recurso eletrônico
Estereográfico	e	--
Microforma	h	h - microforma
Microscópico	p	--
Não-mediado	n	t – texto k - gráfico não projetado

Termos de mídia RDA	Códigos MARC para termos RDA	Códigos MARC para termos RDA
Projetado	g	g - gráfico projetado m - filme
Vídeo	v	v - gravação de vídeo
Outro	x	x - não especificado
Não-especificado	z	z - não especificado

Fonte: LIBRARY OF CONGRESS (2014, tradução nossa).

O Tipo de suporte (RDA 3.3), campo 338, representa o formato do meio de armazenamento. O tipo de mídia reflete o formato do meio de armazenamento e proteção de um meio, em conjunto com o tipo de meio (que indica o dispositivo intermediário necessário para exibir, comissionar, correr etc., o conteúdo de um recurso). Também é possível encontrar o vocabulário a ser utilizado na Library of Congress, no link: <http://www.loc.gov/standards/valuelist/rdacarrier.html>. Como no campo 337, o livro se encaixa no tipo de mídia “Não-Mediado”, o Quadro 26 segue somente o vocabulário controlado desses portadores, mas há Portadores de áudio, Portadores de computador, Portadores de microformas, Portadores microscópicos, Portadores de imagens projetadas, Portadores estereográficos, Operadoras de vídeo e Operadoras não especificadas.

Quadro 26 - Vocabulário controlado para o campo 337 do MARC para o RDA – Portadores não mediados.

Termos da operadora RDA	Códigos MARC para termos RDA	Códigos de operadora não mediados MARC
Álbum seriado	no	nenhum código
Ficha	nn	nenhum código
Rolo	na	nenhum código
Folha	nb	nenhum código
Volume	nc	nenhum código
Objeto	nr	r - Líder Bibliográfico/06
Outro	nz	nenhum código

Fonte: LIBRARY OF CONGRESS(2014, tradução nossa).

Para livros impressos, o tipo de suporte é “Volume”. Na prática, esses campos na catalogação de um livro pelo RDA (Quadro 27).

Quadro 27 - Aplicação em RDA dos novos campos e subcampos do MARC 21

Livro impresso	Livro impresso em Braille Harry Potter e as relíquias da morte
300 ## \$a 551p. : b il. ; c 21cm. 336 ## \$a texto \$b txt \$2 rdacontent 337 ## \$a não mediado \$b n \$2 rdamedia 338 ## \$a volume \$b nc \$2 rdacARRIER	300 ## \$a 16 volumes em braille ; \$c 31cm 336 ## \$a texto tátil \$b tct \$2 rdacontent 337 ## \$a não mediado \$b n \$2 rdamedia 338 ## \$a volume \$b nc \$2 rdacARRIER

Fonte: Elaborado pela autora.

As regras do RDA (2.12), campo 490, para as séries são similares aos do AACR2. A única grande diferença está na representação do número da série, caso haja. O RDA instrui descrever conforme consta na obra (Quadro 28).

Quadro 28 - Campo 490 no AACR2 e RDA.

AACR2	RDA
490 \$a Coleção práticas docentes ; \$v v. 5	490 \$a Coleção práticas docentes ; \$v volume 5

Fonte: Elaborado pela autora.

Enquanto que o AACR2 (1.6G) aponta preencher a indicação de volume com uma abreviatura para o volume (v.) ou até sem nenhuma indicação, conforme o Apêndice B ou apenas com o número, conforme o Apêndice C.

O campo 546, como mostrado nos Quadros 14 e 17, se adequa à regra 7.13.4 – Forma de notação tátil, do RDA, em que o campo informa o idioma do material descrito, nesse caso, caracteriza que o material catalogado está em Braille. Seguindo a regra, essa informação pode ser retirada de qualquer fonte.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou realizar um estudo comparativo entre os códigos AACR2 e RDA, bem como seu embasamento teórico, sua estrutura e suas inovações. Como foi visto, O RDA se baseia nos pontos fortes do AACR2, mas foi projetado para tornar mais fácil para os usuários encontrar, identificar, selecionar e obter os materiais de que precisam, além de fornecer uma estrutura flexível para o conteúdo de descrição de recursos digitais, ao mesmo tempo em que atende às necessidades das bibliotecas na organização de recursos tradicionais.

Os objetivos geral e específicos propostos nesta pesquisa foram alcançados, por meio dos estudos levantados na literatura, mas pode-se constatar que estudos da catalogação relacionados ao RDA precisam ser amplamente discutidos. Na pesquisa documental dos documentos normativos observou-se a importância dos Princípios Internacionais de Catalogação para a normalização internacional dos códigos de catalogação, traduzindo na evolução da catalogação.

Observando os resultados deste estudo percebe-se que o desenvolvimento da catalogação apresenta campos do MARC 21 distintos nos dois códigos porém, em suas estruturas encontra-se um fluxo de trabalho semelhante. A diferença é como as informações se adequam aos novos campos. Quanto à forma de abordar o processo de catalogação, a aplicação do RDA não representa uma mudança drástica em relação ao AACR2, em parte porque, por enquanto, está codificado em MARC21, o que, por sua vez, implica o fato de seguir as diretrizes do ISBD.

Ao se criar um novo registro, o RDA é mais específico e leva em consideração mais fatores que o AACR2, como o modo de publicação e o tipo de mídia. Embora o aspecto mais significativo seja a mudança de perspectiva, pois o RDA tem sua estrutura de conteúdo com base no modelos conceituais. O AACR2 vai do particular para o geral, o conceito de "obra" é reduzido ao ponto de acesso ao documento. No RDA a "obra" é uma entidade independente, que se relaciona com as demais entidades que compõem um registo bibliográfico, o que torna o papel do catalogador no RDA mais ativo do que no AACR2, no sentido de oferecer mais opções e alternativas, permitindo que os catalogadores aplique as normas com mais margem e critérios próprios.

Considerando as diferenças significativas entre o AACR2 e o RDA em suas estruturas, no AACR2, sua descrição é baseada nos elementos ISBD, Tipos de materiais, Modo de publicação e Tipos de descrição. O RDA se baseia nos atributos das entidades FRBR (tarefas dos usuários), Tipos de conteúdo e suporte, Modo de publicação e Tipos de descrição.

O AACR2 baseia-se na descrição bibliográfica das principais fontes de informação por tipo de documento, enquanto o RDA, independentemente de haver fontes de informação preferenciais, regem-se fundamentalmente por dois princípios: o princípio do uso comum da língua e o princípio da representação. Além disso, outra diferença é que no RDA todas as instruções relacionadas aos formatos físicos estão reunidas em dois capítulos, um para os suportes e outro para os conteúdos. Enquanto que no AACR2 estão divididos em cada um dos capítulos dedicados a cada tipo de apoio.

Desse modo, conclui-se que o RDA apresenta uma estrutura flexível na descrição de recursos, por ter como ponto de partida o modelos conceituais FRBR, FRAD e FRSAD que são auxiliares do RDA principalmente na recuperação das informação de forma integrada, serviu de base para uma melhor compreensão do RDA. Portanto, foi possível fazer uma análise evolutiva dos códigos, verificando também o surgimento de princípios, formatos e modelos que fundamentam a catalogação atual e que contribuem com tão esperada padronização do registro bibliográfico, a fim de permitir o intercâmbio de dados.

Aplicando as instruções do RDA para a catalogação de livros em Braille, percebemos que esse código traz uma linguagem mais universal, deixando de lado a linguagem mais técnica, o que se adequa ao objetivo do próprio código, o de ser voltado ao usuário. A catalogação do livro em Braille pelo código RDA se torna mais clara e específica, a diferenciação entre conteúdo, suporte e mídia que deixa a catalogação do recurso clara para o usuário e flexível para a agência catalogadora. Porém, para o uso desse novo código, primeiro precisa-se enfrentar algumas barreiras. A primeira é o ensino dos modelos conceituais, pois para o entendimento do RDA, são cruciais. Os modelos conceituais mostram como organizar as informações para que elas possam ser organizadas e atender às tarefas do usuário.

Estes modelos passaram por atualizações recentes, que precisam ser assimiladas pelos profissionais da informação e paulatinamente colocadas em prática.

Outras desvantagens identificadas no novo código referem-se ao seu acesso restrito, já que o RDA está disponível mediante pagamento de assinatura. Outra desvantagem refere-se aos idiomas disponíveis do código, não havendo o código em português, mas o código já está em processo de tradução pela FEBAB, essa notícia foi confirmada no site RDA Toolkit. Qualquer mudança realizada nas bibliotecas também implica em novos requisitos que exigem investimento de todos os tipos de recursos, principalmente os econômicos. Para o que se considera que cada Instituição saberá em que circunstâncias acha ser capaz de implementar as mudanças.

As vantagens do RDA, de forma geral, é o aumento da eficiência na catalogação de formatos desconhecidos, pois por meio da ferramenta online é possível recuperar todas as orientações necessárias para cada categoria que está sendo catalogada. Pode ser personalizado para atender a perfis de aplicação específicos ou tarefas específicas e catalogação de tipos específicos de material. O RDA ajuda as bibliotecas a se moverem para o ambiente digital, fornecendo diretrizes para a produção de metadados corretos e interconectados, tanto para a catalogação de recursos digitais quanto para os tradicionais. Além disso, promove o compartilhamento de metadados entre comunidades utilizando diferentes esquemas.

Além do mais, com sua implantação, os profissionais envolvidos do setor de catalogação devem estar cientes das modificações que a implantação do RDA trará, portanto é de extrema importância a educação continuada dos profissionais, para estar sempre a par das novas tendências de forma que reflita no melhoramento do seu trabalho.

É inegável a importância do AACR2 no processo técnico da catalogação, pois consiste em um código amplamente utilizado e a mudança para o RDA constitui um processo gradativo, com adequação dos recursos digitais e analógicos a nova era das tecnologias da informação.

Outros desdobramentos de estudos futuro seria a verificação das diferenças e semelhanças na catalogação dos campos de controle de autoridade nos códigos AACR2 e RDA, além de estudos sobre o BIBFRAME que vem como uma evolução

do MARC 21 para uma total adaptação nos dados catalogados pelo RDA. Esses estudos comparativos poderiam fornecer indícios acerca de qual código norteia da melhor forma na catalogação dos recursos bibliográficos.

Diante do que foi exposto, podemos concluir que o RDA comporta com propriedade que comporta e está relacionada às atividades técnicas da catalogação e daremos continuidade a nossa pesquisa sobre RDA, que o catalogador necessita de mais atenção na aplicação do RDA na representação das informações e por fim, concluímos que o desenvolvimento deste trabalho atinge os objetivos declarados, principalmente, o que venha a contribuir para a formação do cenário atual da catalogação.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Eliany Alvarenga; DIAS, Guilherme Atayde. A atuação profissional do bibliotecário no contexto da sociedade da informação: os novos espaços de informação. In: OLIVEIRA, M. (Org.). **Ciência da informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12.676**: Métodos para análise de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15.599**: acessibilidade: comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro, 2008.
- ASSUMPÇÃO, Fabrício Silva; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. **Resource Description and Access (RDA)**: objetivos, características e desenvolvimento do novo padrão para descrição de recursos e acesso. Disponível em: <https://fabricioassumpcao.com/blog/wp-content/uploads/2013/01/2009-assumpcao-santos-resource-description-and-access.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2022.
- BERSCH, Rita; TONOLLI, José Carlos. **Introdução ao conceito de Tecnologia Assistiva e modelos de abordagem da deficiência**. Porto Alegre: CEDI - Centro Especializado em Desenvolvimento Infantil, 2006. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/tecnologia-assistiva>. Acesso em: 29 out. 2022.
- BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento? **Anais eletrônicos [...]** São Paulo: Ancib, 9., 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/176535>. Acesso em: 9 set. 2022.
- BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 dez. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 12 jul. 2022..
- BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm. Acesso em: 12 jul. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. Brasília: Diário Oficial da União, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm. Acesso em: 12 jul. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Grafia Braille para a Língua Portuguesa**. Brasília, DF: [s.n.], 2018. 95 p.

CABRAL, Irlaneide Brito. Seção Braille da Biblioteca Pública Estadual Artur Vianna da Fundação Cultural do Pará: 41 anos mediando à informação para o deficiente visual. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (EREBD/PB), 19., 2016, João Pessoa. **Anais eletrônicos** [...]. João Pessoa: 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/erebd/xix/paper/viewFile/4515/1470>. Acesso em: 13 jul. 2022.

CASTRO, Fabiano Ferreira de. **Padrões de representação e descrição de recursos informacionais em bibliotecas digitais na perspectiva da ciência da informação**: uma abordagem do MarcOnt initiative na era da web semântica. 2008. 201 f. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93689>. Acesso em: 1 dez. 2022.

CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. **Catálogo descritiva no século XXI**: um estudo sobre o RDA. 2008, 75f. Dissertação (Mestrado em Informação, Tecnologia e Conhecimento) - Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/correa_rmr_me_mar.pdf. Acesso em: 19 set. 2022.

COTONER CEDRÓ, Almudena. **Catálogo con RDA**: Introducción a las RDA. Espanha: Universitat de les Illes Balears, 2017.

CUNHA, Maria Luisa Monteiro da. ISBD: origem, evolução e aceitação. **R. Bras. Bibliotecon. Doc.**, v. 12, n.1/2, p. 7-14, jan./jun. 1979. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/18287>. Acesso em: 4 dez. 2022.

CUTTER, Charles A. **Rules for a dictionary catalogue**. 3. ed. Washington: Government Printing Office, 1891. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/59215/59215-h/59215-h.htm>. Acesso em: 5 out. 2022.

DIAS, Maria Matilde Kronka; PIRES, Daniela. **Usos e usuários de informação**. São Carlos: EdUFSCra, 2013.

DINIZ, Johnathan Pereira Alves *et al.* Gestão sustentável de bibliotecas: o uso do planejamento estratégico no Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) para atender as demandas do Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Goiano. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 19, 2016, Manaus. **Anais eletrônicos** [...]. Manaus: UFAM, 2016.

ENANG, U. U.; UMOREN, E. E. Norma Internacional de Descrição Bibliográfica (ISBD) como norma de qualidade para a editoração de livros na Nigéria. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 5, n. 1, p. 37-49, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/515>. Acesso em: 4 dez. 2022.

FEBAB. **AACR2 Código de catalogação anglo-americano**. São Paulo: FEBAB, 2019. Disponível em: <http://www.febab.org.br/aacr2-2/>. Acesso em: 8 jul. 2022.

FELICETTI, Suelen Aparecida; SANTOS, Elaine Maria dos. Tecnologias assistivas, cegueira e baixa visão, paralisia cerebral: uma revisão da literatura. **R. Tecnol. Soc.**, Curitiba, v. 12, n. 24, p. 117-131, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/3681>. Acesso em: 5 out. 2022.

FERRAZ, Iraneuda Maria Cardinalli. Uso do catálogo de bibliotecas: uma abordagem histórica. **TransInformação**, Campinas, v. 3, n. 1, 2, 3, p. 90-114, jan.-dez., 1991. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1662/1633>. Acesso em: 7 jul. 2022.

FERREIRA, Margarida M. (trad.). **MARC21**: formato internacional para dados bibliográficos. Uma tradução e adaptação de MARC 21: concise format for bibliographic data da Network Development and MARC Standards Office – LC. 3. ed. São Paulo: Fundepe, 2013.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FORTALECIMENTO de bibliotecas acessíveis e inclusivas: manual do orientador. São Paulo: Mais Diferenças, 2016. 143 p.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Livro digital Daisy**. São Paulo, [2015]. Disponível em: <http://fundacaodorina.org.br/nossa-atuacao/distribuicao-de-livros/formatos-acessiveis/livro-digital-daisy/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

FUSCO, Elvis. **Modelos conceituais de dados como parte do processo da catalogação**: perspectiva de uso dos FRBR no desenvolvimento de catálogos bibliográficos digitais. 2010. 249 f. Tese (doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/103369>. Acesso em: 15 nov. 2022.

_____. **Aplicação dos FRBR na modelagem de catálogos bibliográficos digitais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Marta. **Deficiência visual**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000. 80 p. (Cadernos da TV Escola. 1.)

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun., 1995.

HAIDER, S. Anglo-American Cataloguing Rules (AACR, AACR2, AACR2R).

Librarianship Studies & Information Technology. 2018. Disponível em: <https://www.librarianshipstudies.com/2018/12/anglo-american-cataloguing-rules-aacr.html>. Acesso em: 19 out. 2022.

Holanda, Paulo Marcelo Carvalho. **Percepção da RDA pelos catalogadores para implementação nas bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2020.

IFLA. **Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação**. [S.l.]: IFLA, 2009. Disponível em: https://archive.ifla.org/VII/s13/icp/ICP-2009_pt-pt.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.

_____. **Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação**. [S.l.]: IFLA, 2016a. Disponível em: https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/89/1/icp_2016-pt.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.

_____. **ISBD: Descripción Bibliográfica Internacional Normalizada**. Edición Preliminar Consolidada. 2007. Disponível em: https://archive.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBD_consolidated_2007_es.pdf. Acesso em: 04 dez. 2022.

_____. **ISBD: Descripción Bibliográfica Internacional Normalizada**. Edición Consolidada. 2011. Disponível em: <https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/790/1/ifla-isbd-international-standard-bibliographic-description-2011-es.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2022.

_____. **ISBD: Descripción Bibliográfica Internacional Normalizada**. Edición Consolidada. 2021. Disponível em: https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/1939/1/ISBD_Update%202021%20to%20Consolidated%20ed%202011.pdf. Acesso em: 11 dez. 2022.

_____. **Requisitos Funcionales de los Datos de Autoridad (FRAD)**: Un modelo conceptual. Biblioteca Nacional da Espanha: IFLA, 2009. Disponível em: https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/cataloguing/frad/frad_2009-es.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.

_____. **Requisitos Funcionales de los Registros Bibliográficos**: Informe final. [S.l.]: IFLA, 2016b. Disponível em: https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/cataloguing/frbr/frbr-es-with-addenda_2016.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

_____. **Requisitos Funcionales para Datos de Autoridad de Materia (FRSAD)** - Un Modelo Conceptual. [S.l.]: IFLA, 2012. Disponível em: <https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/836/1/ifla-series-on-bibliographic-control-vol-43-es.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

_____. **IFLA Library Reference Model: Um Modelo Conceitual para a Informação Bibliográfica.** [S.l.]: IFLA, 2017. Disponível em: https://repository.ifla.org/bitstream/123456789/47/1/ifla-lrm-august-2017_rev201712-por.pdf. Acesso em: 25 out. 2022.

JOINT STEERING COMMITTEE. **Anglo-American Cataloguing Rules.** 2nd ed. [S.l.: s.n.], 1998.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática.** 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIBRARY OF CONGRESS. **MARC 21: Harmonized USMARC and CAN/MARC** Washington DC, 1998. Disponível em: <http://www.loc.gov/marc/annmarc21.html>. Acesso em: 12 out. 2022.

_____. **Introduction: MARC 21 Bibliographic.** Washington, 2006. Disponível: <https://www.loc.gov/marc/bibliographic/bdintro.html>. Acesso em 12 out. 2022.

_____. **MARC Standards: RDA um MARC.** Washington DC, 2014. Disponível em: <https://www.loc.gov/marc/RDAinMARC.html>. Acesso em: 14 out. 2022.

LIMA, Regina Célia Montenegro de; FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Seleção e aquisição: da visão clássica à moderna aplicação de técnicas bibliométricas. **Ciência da Informação**, Brasília, v.13, n.2, p.137-150, jul./dez. 1984.

LIMA, José Leonardo Oliveira; ÁLVARES, Lillian. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ÁLVARES, L. (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações.** São Paulo: B4 Editores, 2012. p. 21-48.

MARCOS, Isabel Vaz. **Análise e linguagens documentais II.** Lisboa: Universidade Aberta, 2014. Disponível em: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4897/1/ALD%20II_vers%C3%A3o2014.pdf. Acesso em 30 nov. 2022.

MARTINHO, Noemi Oliveira. **A dimensão teórica e metodológica da catalogação de assunto.** 2010. 189 f. Dissertação (mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/93670>. Acesso em 11 dez. 2022.

MATA, Maria Margarete Sell da. Biblioteconomia aplicada: experiência docente. **Encontros Bibli**, Florianópolis, n. 17, 2004. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/viewFile/140/5270>. Acesso em: 12 jul. 2022.

MEDEIROS, G. M. de. **Organização da informação em repositórios digitais: implicações do auto-arquivamento na representação da informação.** 2010. 274 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível

em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94615/285680.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 set. 2022.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Catálogo e descrição bibliográfica**: contribuições a uma teoria. Brasília: ABDF, 1987a.

_____. Da espiral do conhecimento à catalogação. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, v. 15, n. 2, p. 137-148, jul./dez. 1987b. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/77881>. Acesso em: 26 set. 2022.

_____. **Introdução à Catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Instrumentos e metodologias de Representação da Informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v.1, n.2, p.37-45, jul./dez. 1996. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/05/pdf_0e3cc20139_0010458.pdf. Acesso em: 14 set. 2022.

OLIVER, Cris. **Introdução ao RDA**: um guia básico. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

ORTEGA, Cristina Dotta. Aspectos teóricos, procedimentais, normativos e pragmáticos como categorias para uma epistemologia da organização da informação. In: Guimarães, J. A. C.; Dobedei, V. (Org.). **Complexidade e organização do conhecimento**: desafios de nosso século. Rio de Janeiro: ISKO-Brasil. Marília: FUNDEPE, 2013a. 34-38.

_____. Contexto de desenvolvimento da Organização da Informação, com enfoque para a Catalogação, na Escola de Ciência da Informação da UFMG. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 2, p.182-215, abr./jun. 2013b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/pdbPdWKwrKvTbSL3GYyxJhC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 set. 2022.

_____. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/7649>. Acesso em: 4 dez. 2022.

PANDO, Daniel Abraão; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Organização da informação e do conhecimento no contexto da Ciência da informação: da análise terminológica à reflexão epistemológica. In: **XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España-Portugal**, 19-20 de noviembre, 2015. Murcia: Universidad de Murcia. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2015/11/54_Pando.pdf. Acesso em: 14 set. 2022.

PICCO, P.; ORTIZ REPISO, V. RDA, el nuevo código de catalogación: cambios y desafíos para su aplicación. **Revista Española de Documentación Científica**, v. 35, n. 1, p. 145-173, enero-marzo 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3989/redc.2012.1.848>. Acesso em: 12 out. 2022.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, Divisão de Bibliotecas e Documentação. Marc 21. [s.l.: s.n.], 2017.

RDA STEERING COMMITTEE. **RDA Toolkit**. Chicago: ALA Editions, 2020. Disponível em: <http://www.rdatoolkit.org>. Acesso em: 8 jul. 2022.

RÍOS HILARIO, A. B.; GUERREIRO, J. La aplicación de la ISBD consolidada en la descripción de los recursos electrónicos: similitudes y diferencias con la ISBD (ER). **Scire**, v. 17, n. 1, p. 41-48, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/196635>. Acesso em: 4 dez. 2022.

RODRÍGUEZ, E. E.; MCGARRY, D. ISBD consolidada: um passo em frente. In: TILLET, B. B. et al. **IFLA Series on Bibliographic Control**. Munique: IFLA, 2008.

SANTIAGO, Mônica Cristina Costa. **Metadados para recuperação da informação em ambiente virtual**. 2004. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/714/1/monicasantiago2004.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2022.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão. Representação da informação visual segundo a ontologia e a semiótica. In: _____ (Org.). **Para entender a ciência da informação**. Salvador: EDUFBA, 2007. 239 p.

VIEIRA, K. C. **Processamento técnico**: uma perspectiva histórica. 1999. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Faculdade de Biblioteconomia da Pontifícia, Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1999.

ZAFALON, Zaira Regina. **Formato MARC 21 bibliográfico**: estudo e aplicações para livros, folhetos, folhas impressas e manuscritos. São Carlos: EdUFSCar, 2015. (Série Apontamentos).

ANEXO A - HIERARQUIA DOS RELACIONAMENTOS

Nível Superior		Segundo nível	
LRM-R1	RES é associado com RES	--	
--		LRM-R2	OBRA é realizada através de EXPRESSÃO
--		LRM-R3	EXPRESSÃO é materializada em MANIFESTAÇÃO
--		LRM-R4	MANIFESTAÇÃO é exemplificada por ITEM
--		LRM-R5	OBRA foi criada por AGENTE
--		LRM-R6	EXPRESSÃO foi criada por AGENTE
--		LRM-R7	MANIFESTAÇÃO foi criada por AGENTE
--		LRM-R8	MANIFESTAÇÃO foi fabricada por AGENTE
--		LRM-R9	MANIFESTAÇÃO é distribuída por AGENTE
--		LRM-R10	ITEM é propriedade de AGENTE
--		LRM-R11	ITEM foi modificado por AGENTE
--		LRM-R12	OBRA possui como assunto RES
--		LRM-R13	RES tem denominação NOMEN
--		LRM-R14	AGENTE atribuiu NOMEN
--		LRM-R15	NOMEN é equivalente a NOMEN
--		LRM-R16	NOMEN possui parte NOMEN
--		LRM-R17	NOMEN é derivação de NOMEN
--		LRM-R18	OBRA possui parte OBRA
--		LRM-R19	OBRA precede a OBRA
--		LRM-R20	OBRA acompanha /complementa OBRA
--		LRM-R21	OBRA é inspiração para OBRA
--		LRM-R22	OBRA é transformação de OBRA
--		LRM-R23	EXPRESSÃO possui parte EXPRESSÃO
--		LRM-R24	EXPRESSÃO é derivação de EXPRESSÃO
--		LRM-R25	EXPRESSÃO foi agregada por EXPRESSÃO
--		LRM-R26	MANIFESTAÇÃO possui parte MANIFESTAÇÃO
--		LRM-R27	MANIFESTAÇÃO possui reprodução MANIFESTAÇÃO
--		LRM-R28	ITEM possui reprodução MANIFESTAÇÃO
--		LRM-R29	MANIFESTAÇÃO possui alternativa MANIFESTAÇÃO
--		LRM-R30	AGENTE é membro de AGENTE COLETIVO
--		LRM-R31	AGENTE COLETIVO possui parte AGENTE COLETIVO
--		LRM-R32	AGENTE COLETIVO precede AGENTE COLETIVO
--		LRM-R33	RES possui associação com LUGAR
--		LRM-R34	LUGAR possui parte LUGAR

Nível Superior	Segundo nível	
--	LRM-R35	RES possui associação com INTERVALO DE TEMPO
--	LRM-R36	INTERVALO DE TEMPO possui parte INTERVALO DE TEMPO